

LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL
DEPARTAMENTO PÓS - GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA

**O CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCRETIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA
ESCOLA**

MIAMI, FLORIDA

2020

REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA

**O CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCRETIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA
ESCOLA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Prof^a Dra. Ana Maria Marques Palagi.

MIAMI, FLORIDA

2020

REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA

**O CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE
DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCRETIZAÇÃO DA
FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dr^a Ana Maria Marques Palagi (Orientadora) Presidente da Banca
Logos University International - LUI
Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED

Prof. Dr. Eduardo Fofonca
Logos University International – LUI

Prof^a. Dra. Aline Chalus Vernick Carissimi
Faculdade de Tecnologia de Curitiba

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^a Dr^a Ana Maria Marques Palagi
Orientadora

MIAMI, FLORIDA

2020

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação, em especial, a minha Mãe Iracema Maria de Paula (em memória), que sempre me motivou a estudar e foi pelo incentivo dela que iniciei este Mestrado, o qual ela não pode estar aqui presente para ver o término, mas sei que lá do céu está feliz por mais essa conquista em minha vida.

Ao meu amor Alfio Lopes Arruda pela paciência nos momentos difíceis que enfrentei na construção desta pesquisa, onde sempre esteve do meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o grande arquiteto do universo, por ter me dado o dom de ensinar, superando as adversidades.

A todos os professores do Mestrado em Educação da Unilagos, pelos ensinamentos e principalmente à Professora Dr^a. Ana Maria Marques Palagi orientadora deste trabalho, à Professora Dr^a Aline Chalus Vernick Carissimi e ao Professor Dr. Eduardo Fofonca que gentilmente aceitaram o convite para compor a minha banca.

Agradeço aos meus ex-alunos do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens Adultos, que aceitaram participar da pesquisa desta dissertação.

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem às injustiças sociais de forma crítica.”

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação intitulada *Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Concretização da Função Social da Escola*, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa e bibliográfica. O problema de pesquisa é investigar se a escola da rede estadual pesquisada cumpriu a sua função social pela voz dos alunos egressos, analisando se o objetivo que está expresso em seu Plano de Curso, foi cumprido efetivamente. Buscou-se então responder a este problema de pesquisa, através de um formulário elaborado no Google Formulários, pois devido a pandemia COVID 19, que estamos vivendo impossibilitou ir ao encontro desses alunos, formulários esses que foram passados via redes sociais. Os resultados de dados coletados, está estruturada da seguinte forma: inicialmente é apresentada um recorte temporal dos anos 2014 a 2016, numa escola pública da rede estadual, em seguida Função Social da Escola, Educação e Trabalho, Trabalho como Princípio Educativo e alguns apontamentos teóricos, com base em Freire (2003), Gadotti (1995), Luckesi (1994), Piaget (1998), Kant (1996), Frigotto (1984), Pinto (1982), Kuenzer (2002), Hirata (1994) entre outros, que se relacionam à formação dos Jovens e Adultos. Os resultados obtidos apontam que a escola em tela cumpriu sua função social, proporcionando educação na qual resulta a construção da trajetória que este jovem adulto, trabalhador irá construir profissionalmente, tendo uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Ensino Médio Integrado. Função Social da Escola. Trabalho. Princípio Educativo

ABSTRACT

This entitled dissertation “Technical course-integrated to high school in Youth and Adult Education Modality: realization of the social function of the school” is quali-quantitative and bibliographic research. The research problem is to investigate whether the school state network researched fulfilled the social function through the egressed students analyzing if the aim that is expressed in its course plan has complied effectively. It was sought to answer this research problem through a form prepared on Google Forms because due to the pandemic of COVID 19 that we are living it was not possible to meet these students, the forms were sent by social networks. The results of collected data are structured as follows: it is initially present a cut-off from 2014 to 2016, in a public school of the state education network, then School Social Function, Education and Work, Work as an educational principle and some theoretical notes based on Freire (2003), Gadotti (1995), Luckesi (1994), Piaget (1998), Kant (1996), Frigotto (1984), Pinto (1982), Kuenzer (2002), Hirata (1994) and others that relate to youth and adult education. The obtained results point that the school in screen fulfilled its social function providing education that results in the construction of the trajectory that the young adult, a worker, will build!

Key-words: Integrated High School, School Social Function, Work, educational principle

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução do Curso Matrículas e Conclusão.....	68
Gráfico 02 - Matrículas, desistentes e Evadidos.....	68
Gráfico 03 - Idade dos Alunos Concluintes Pesquisados.....	69
Gráfico 04 - Motivo da Escolha do Curso	70
Gráfico 05 - Relação do Curso com a Atuação Profissional	72
Gráfico 06 - Área de Atuação	73
Gráfico 07 - Administração de Atuação.....	74
Gráfico 08 - Contribuição do Curso com a Atuação Profissional	75
Gráfico 09 - Perfil de Empreendedor ao Término do Curso	76
Gráfico 10 - O Curso de Adm. Contribuiu para Ingressar no Mercado de Trabalho	76
Gráfico 11 - Formação dos Profissionais nas Competências e Habilidades Proposta no Plano de Curso.....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	12
1.2 OBJETIVOS:.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 PROBLEMA DA PESQUISA.....	13
1.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	13
CAPÍTULO II	15
2 CONTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO ALUNO ATRAVÉS DO APRENDIZADO ESCOLAR	15
2.1 A função Social da Escola	15
2.2 Educação e Trabalho.....	18
2.3 Conceito de Trabalho no Ensino Médio.....	25
2.4 Trabalho Como Princípio Educativo.....	30
2.5 Formas Contemporâneas de Organização do Trabalho.....	32
2.6 Mudanças no Mundo do Trabalho e Formação do Trabalhador.....	36
2.7 Educação Continuada do Trabalhador e a Construção de Trajetórias e Profissionais.....	43
2.8 Escola, Trabalho e Globalização	47
2.9 Inclusão Social.....	51
CAPÍTULO III	58
3 PERCURSO METODOLÓGICO	58
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	58
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	59
3.2.1 Contexto da Pesquisa.....	60
3.2.2 Sujeitos da Pesquisa	61
3.2.3 Coleta de Dados	61
CAPÍTULO IV	64
4 ANÁLISE E RESULTADOS	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	85
ANEXO	89

1 INTRODUÇÃO

A escola acompanha o seu tempo, e a cada tempo sua função busca suprir as necessidades que os demais segmentos sociais lhe impõe. Com isso, esse trabalho vem expor através de pesquisa quali-quantitativa a função social da escola frente ao seu compromisso em um Curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Ensino Médio e Técnico em Administração, compreendido como um projeto piloto implantado para qualificar jovens e adultos para o mercado de trabalho, pois devido a cidade e a escola pesquisada, serem de origem econômica com foco voltado para o comércio em geral.

A pesquisa busca realizar uma reflexão no que tange ao papel da educação num contexto histórico, produzido pelos homens de seu tempo, no qual é possível perceber que grande parcela da população ativa está excluída do mundo do trabalho ou sujeita a condições degradantes, principalmente em razão da baixa qualificação, para essas novas exigências da produção, que a economia exige. As novas reestruturações organizacionais requerem qualificação onde as competências e habilidades se fazem presentes na formação desses trabalhadores, muito constante nos documentos oficiais, pois atender a essas demandas exigem novos conhecimentos que vão além de apenas uma certificação.

Assim, os problemas engendrados por essa nova realidade social devem ser discutidos exaustivamente pelos diferentes atores sociais, principalmente pelos profissionais envolvidos com o processo educacional, porque, pela natureza de suas próprias competências, possuem papel importante na formação dos cidadãos brasileiros.

As políticas públicas necessitam estar voltadas às transformações que ocorrem no mundo da produção e do trabalho, para que possam pensar uma ação pedagógica voltada à inclusão social, que nesta pesquisa é entendida como um fator importante na construção da cidadania e na consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira, pelo acesso aos bens de consumo e ao conhecimento.

Podemos considerar que, ir à escola, para esses alunos, é antes de tudo um desafio, um projeto de vida. Com um processo de aprendizagem anterior, muitas vezes, comprometido, o aluno da EJA retorna à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimento de insegurança, desvalorização pessoal e de

fracasso frente aos novos desafios que se impõe, mas ao mesmo tempo acreditando que um curso profissionalizante pode propor a eles mais dignidade no mundo profissional, por consequência mais emancipação como cidadão.

A Educação “é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1994, p.29). Nesse processo de formação se intenciona dar ao aluno cidadão a apropriação da cultura, de informações, de valores, de direito, dos saberes sociais e culturais, enfim se busca o conhecimento. Com isso a escola caminha em direção à sua função social, permitindo – ao aluno – o acesso a esse conhecimento pela socialização e, por fim, o exercício e busca da garantia de sua cidadania.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa não nasce apenas de um tema, ou de uma vontade, ela está de uma forma geral ligada à vida do pesquisador, pois o pesquisador vai se construindo naquilo que ele vai observando em sua prática. Prática essa que se bem fundamentada, passa a se problematizar e se tornar inquietações da pesquisa. Diante disso, minha trajetória, neste curso, se deu pela minha formação inicial como professora em 1995, quando conclui o Magistério, hoje Formação Docente. Apesar de influências e desejos familiares, principalmente de minha mãe, que gostaria de me ver professora, tive como curso de graduação Administração de Empresas. Em 2005, com a implantação da escola técnica - o Centro Paula Souza, decidi retomar o magistério, após aprovada em concurso. O desejo do ensinar estava ali presente. Tornei-me professora e Coordenadora do Curso Técnico em Administração de empresas. O que me instigava era acompanhar a trajetória escolar e social dos alunos, tanto jovens como adultos, que apresentam uma realidade, muitas vezes desempregados, ou ainda, exaustos – quando chegam à escola, depois de uma jornada de trabalho. Percebia também que a desistência e evasão eram e são significantes quando se trata desses estudantes. Porém, se pensarmos na função social da escola, é importante também saber se a escola, para aqueles que permaneceram, cumpriu sua função social.

Assim esta pesquisa se justifica na compreensão destes estudantes, suas trajetórias no espaço escolar e fora dele em que a escola contribuiu para sua formação e emancipação, pois o Curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Ensino

Médio e Técnico em Administração traz em sua proposta o oferecimento de oportunidades de escolarização que aliam a educação básica em nível médio e a educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades buscando a formação integral do aluno. (Plano de Curso, 2013), então com isso ele vai ao encontro da definição de educação, já exposta acima por Pinto (1994).

1.2 OBJETIVOS:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a função social da escola, a partir do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e de seu objetivo geral no desenvolvimento de competências e habilidades, buscando a formação integral do aluno.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que irão dar sustentação em atingir o objetivo geral são:

. Compreender as concepções de Função Social da Escola, Educação e Trabalho, Mudanças no Mundo do Trabalho e Formação do Trabalhador e Inclusão Social.

. Entender, a partir das falas dos egressos, como o Curso pesquisado contribuiu para sua formação profissional, cidadã.

. Explorar as relações e dimensões entre educação e trabalho, que auxiliem na compreensão do problema de pesquisa; refletir sobre o papel da educação no mundo do trabalho.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

A pesquisa então se norteou pelo seguinte problema: O Curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Ensino Médio e Técnico em Administração, na escola pesquisada, cumpriu a função social, expressos em seu objetivo geral?

1.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa foi estruturada em quatro Capítulos, onde no primeiro capítulo buscou-se dar uma breve introdução sobre a pesquisa em questão, relatando o objetivo geral e específicos e o problema de pesquisa.

O segundo capítulo tratou-se da fundamentação teórica trazendo a Função Social da Escola, Educação e Trabalho, Trabalho como Princípio Educativo, Formas Contemporâneas de Organização do Trabalho, Mudanças no Mundo do Trabalho e Formação do Trabalhador, Educação Continuada e a Construção de Trajetórias Profissionais, Escola, Trabalho e Globalização, Inclusão Social, com base nos principais autores: Freire (2003), Gallo (2005), Gadotti (1995), Luckesi (1994), Piaget (1998), Kant (1996), Marx e Engels (1970), Frigotto (1984), Karl Marx (1983), Castells (2001), Libâneo (2004), Kuenzer (2002), Hirata (1994), Furter (1970), e em documentos do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Parâmetros (1999).

Já o terceiro capítulo, referiu-se sobre o Percurso Metodológico abordado a Metodologia de Pesquisa, Delineamento de Pesquisa, Contexto de Pesquisa, Sujeitos da Pesquisa, tendo como referencial os seguintes autores: Minayo (2010), Godoy (1995), Neves (1996), Fonseca (2002), Pinto (1982), Wolf (1988).

E por fim, no quarto capítulo, apresentou-se os dados em gráficos dos resultados do questionário aplicado e tratou-se de Relação entre as Práticas Educativas e de Trabalho e os Alunos do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, indo ao encontro com o Plano de Curso, caracterização dos estudantes e evolução da matrícula e concluintes, tendo como referencial os seguintes autores: Kaplan (1964), Godoy (1995), Silva; Menezes (2005), Malhotra; Rocha; Laudisio (2005), Flick (2009), Stake (2011), Minayo (2010), Neves (1996), Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009); Almeida Pinto (1982); Lessard, Goyette & Boutin (1994); Tuckman (1997); Wolf (1988), Minayo (1999) e Fonseca (2002).

CAPÍTULO II

2 CONTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO ALUNO ATRAVÉS DO APRENDIZADO ESCOLAR

Este capítulo apresenta a base teórica dos temas abordados nesta pesquisa, bem como, os principais conceitos e elementos utilizados para subsidiar este estudo. Pois para entrelaçar uma pesquisa e a busca por um resultado que se encaixe no campo de expectativa do objetivo do trabalho, é preciso estabelecer uma base teórica já estudada e divulgada que se coordene de acordo com o tema da pesquisa. Essa base visa dar sustentação ao desenvolvimento da pesquisa, ela poderá contribuir com os leitores aos muitos conceitos que poderão facilitar o seu entendimento.

Este trabalho apresentou como objetivo discorrer sobre a função social da escola e como ela se fez na oferta do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a coleta de dados então fez necessário e se apresenta conforme Capítulo IV.

De acordo com Mello (2006, p.86):

A fundamentação teórica apresentada deve servir de base para a análise e interpretação dos dados coletados na fase de elaboração do relatório final. Dessa forma, os dados apresentados devem ser interpretados à luz das teorias existentes.

Essas teorias estão sempre respaldadas nas concepções que os sujeitos têm de Sociedade, Homem e Educação.

2.1 A função Social da Escola

Escola é um lugar por excelência, onde se realiza a educação formal, que ocorre por políticas públicas, que depois se manifestam em um Currículo, e se concretizam mais claramente pelos processos de ensino e aprendizagem, influenciados pelas políticas sociais, dentre as quais a da formação inicial e continuada dos professores, enfim, a escola, pensada como uma agência sistematizadora de uma cultura complexa.

Atribui-se à educação, em algumas concepções, principalmente às ligadas ao Capital, o papel de ajustamento social, cabendo à escola oferecer às novas gerações os

elementos dominantes num determinado momento sociocultural, de forma que fosse garantida a continuidade das ideias, sem rupturas e sem crise.

No Plano de Curso, da instituição pesquisada, que doravante denominaremos de IP - temos:

Tantas vezes ouve-se muitos docentes avaliarem com total descrédito seus alunos, delimitando sua capacidade e apostando na impossibilidade de que possam produzir algo que revolucione a humanidade. Será essa a função da escola? Qual sua missão? (SÃO PAULO, 2013).

Outras concepções acreditam na escola como o lugar em que as pessoas se tornam dóceis, ou seja, que a ela que passa por uma escola é sem dúvida um indivíduo de melhor convívio social, um melhor cidadão. Neste sentido, Canário (2002) afirma que a escola é também uma instituição que a partir de um conjunto de valores tornou-se uma “fábrica de cidadãos”. No entanto, se percebe que a escolarização não é o único determinante do conhecimento, se olharmos a escola como aparelho ideológico do Estado, ela terá a missão de reproduzir o que o Estado impõe, conforme Althusser (1986, p.165):

A reprodução das relações sociais de exploração e dominação requer a intervenção de instâncias políticas e ideológicas, instâncias relativamente autônomas em relação à econômica. Essas instâncias aparecem como responsáveis, entre outras coisas, por produzir a força de trabalho com os atributos materiais e morais necessários para reproduzir as relações de produção capitalistas.

Já para os marxistas, a escola é um aparelho tanto ideológico do Estado como um local onde a luta das classes podem sim ocorrer, pois é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais, ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, tendo como formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. Diante disso então se concepções acreditam que a escola é a salvadora da sociedade, não podemos também negar que sem a escola isso se tornaria mais difícil, principalmente à classe trabalhadora.

Porém, é possível pensar em uma mudança das estruturas que geram as desigualdades. Assim como é possível a construção de um projeto societário de base popular, servindo aos ideais e interesses das classes dominadas, pois “a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática” (FREIRE, 1995, p.91).

Portanto, a mudança de ponto de vista conjugada com a abertura para consciência do mundo, de forma a se perceber como seres sociais, históricos e inacabados, é um caminho para a autonomia, onde a democracia se faz por uma construção histórica e social. Nesse sentido, a democracia social é trazida pelos teóricos socialistas como a única democracia genuína (FRIGOTTO, 2005), situação na qual todo homem está em igualdade, portanto deveria ter acesso a tudo quanto é fundamental à sua existência.

Já KUENZER (2005), afirma que o direito à educação da classe trabalhadora pelo não reconhecimento desse direito na legislação nacional ou por seu reconhecimento indireto ou restrito, impede seu acesso aos níveis básicos da escolaridade.

Segundo Nóvoa (1992), a instituição escolar não é apenas uma reivindicação política, técnica, ou administrativa é uma questão científica e pedagógica, onde tem a necessidade de uma pedagogia centrada, para constituí-la autônoma e com foco de pesquisas, por isso está pesquisa vai se construindo.

Portanto, ao definirmos a escola, temos que nos atentar com uma abordagem ampla, conceituando-a em sua complexidade nos comportamentos humanos organizados. A escola resulta da ação dos seus diferentes indivíduos que vivem em um ambiente social, o qual estabelece diferentes formas de relações que vão além das relações ensino-aprendizagem.

Enfim, a escola não é algo isolado do contexto social, ela é parte deste social, por isso ela reflete a organização que os sujeitos sociais fazem dela e para ela, e nas relações de ensino aprendizagem estão imbricadas as intenções de uma sociedade e da concepção de educação que se quer para essa mesma sociedade.

A educação – mesmo que as políticas de governo não deem a ela o status que deveria, ela nunca deixou de ser o carro chefe das campanhas políticas, mas a própria sociedade tem em seu imaginário que a educação é quem sabe o bem mais nobre para que uma pessoa possa viver. E hoje em um mundo de informação, como base ao conhecimento, a escola fica mais em evidência, pois ela é o lugar por excelência para sistematizar as experiências, as informações, ou seja, se acredita em um valor imenso da escola, no entanto não se pode perder na reflexão de que cada escola serve o seu tempo as necessidades de quem organiza, mas também é um espaço de luta.

Isso nos leva a problematizar função da escola a partir da concepção que estamos defendendo. Então, a função da escola é ser a propagadora, da educação que se defende, com isso torna-se necessário saber qual é essa educação.

É importante compreender que cada sociedade, em suas diferentes épocas, desenvolveu conceitos e valores sobre o papel da educação na formação dos indivíduos. Existe no interior das sociedades, posições conflitantes e mesmo antagônicas em relação à concepção de educação, e essas posições refletem a que interesses estão ligados.

2.2 Educação e Trabalho

Para conceituar a palavra educação, deve-se relacionar todo o sistema social que permeia a realidade da sociedade. Todavia, Freire (2003) contextualiza a educação como um fenômeno revelado ao homem pelo fato deste estar em processo de transformação, ou seja, é um sujeito inacabado e que precisa adquirir conhecimento para, desta forma, tornar-se sujeito ativo em sua história e não meramente um coadjuvante.

Gallo (2005) propõe que a educação deve levar em consideração a diferença na singularidade de cada indivíduo, ou seja, essa educação surge na contemporaneidade como rompimento do método tradicional desta forma, reforçando um olhar singular, humanizado. O autor relata em seu texto a metáfora do leão, relaciona o indivíduo que está em processo de descoberta do conhecimento, ou seja, em transformação, essa que, por sua vez, tem um olhar diferente de curiosidade e, ao mesmo tempo, de aceitação, submissão. Todavia, a escola e todos os atores sociais são corresponsáveis por uma educação emancipatória singular de qualidade.

Uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados, pedagógica, técnica e politicamente, no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades socioeconômicas e culturais, dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação (DOURADO, 2007, p.30).

A problemática educacional baseia-se numa das atividades intelectuais do educador, pois sua ação está diretamente descrita a uma das formas de educação. Muitos educadores têm a consciência de que seu trabalho possibilita transformações nos educandos. Contudo, é considerável questionar quais transformações os educandos sofreram e essas mudanças eram movidas por quais interesses, visavam à manutenção ou a alteração da ordem social vigente. Tais questionamentos podem levar os educadores

a rever o conceito de educação, a perceberem que existem diferentes formas de educação e terem consciência do seu próprio papel na formação de cidadãos.

Não é possível ao curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA se apresentar como uma mera repetição da escola regular, que este jovem conhece e já abandonou. A busca por um formato mais atraente e participativo, que procure a todo o momento a colaboração dos alunos possuidores de saberes, habilidades e competências já desenvolvidas, seja em experiências no mercado formal e/ou informal de trabalho ou na própria vivência familiar e comunitária, necessita de acolhimento por parte dos docentes e dos gestores e, apesar de parecer mais trabalhosa, é o que poderá garantir a permanência dos alunos na modalidade (SÃO PAULO, 2013, p.7).

Uma das concepções discutidas atualmente é a de que a educação deve ser compreendida como um processo dialético de ensino-aprendizagem que acontece em vários espaços e por diferentes atores sociais.

A educação é um processo de transformação social, visando a um sistema de igualdade, de participação e de democracia, ou seja, há uma luta entre as várias tendências sociais (GADOTTI, 1995). Dentro deste contexto, as contribuições de Gallo (2005), Freire (2003), Luckesi (1994) foram fundamentais para a presente análise, pois, para esses autores, a escola não pode ser uma máquina que esteja a trabalho do Estado apenas. Para que a escola tenha função social na sociedade é preciso que o professor defina a sua prática educativa em consonância com a função da escola. Onde se faz necessário que a escola tenha um Projeto Político Pedagógico (PPP) explicitando como ela é, que identidade quer construir e como executar as ações definidas pela comunidade escolas, enfim, um PPP com um marco situacional, conceitual e operacional¹ que dê conta daquela realidade.

De acordo com Brandão (2002), a escola é o meio social em que os alunos e professores interagem na construção do conhecimento. A escola muda na medida em que é compelida a mudar pela necessidade da função social que exerce, em circunstâncias, e exigências que essa mesma sociedade impõe. A sociedade, no seu conjunto, e cada meio social em particular, é que delinea como é a preparação do indivíduo, para que o mesmo possa se integrar no grupo social em que vive, assumindo a educação uma função de socialização.

¹ **Operacional:** a organização e a dinâmica de relações das opções feitas no planejamento político, sustentadas por metodologias, modelos e técnicas de busca da coerência entre o discurso e a prática. O discurso tem a dimensão política e a prática tem a dimensão operacional.

Para Arroteia (1998), a função personaliza da educação é aquela em que se desenvolvem as capacidades de reflexão crítica nos vários domínios: intelectuais, cognitivo, afetivo, psicomotor espiritual e moral.

No Brasil, após o período da ditadura militar, caracterizado pela prepotência do poder executivo sobre os demais, pela repressão violenta aos movimentos políticos e sociais e pela instauração da censura aos meios de comunicação, reacenderam intensamente os debates que suscitavam problemáticas em torno das relações entre educação e cidadania. As discussões sobre essa temática cresceram ainda mais no contexto do processo de elaboração da nova Carta Magna de 1988. O plenário da Assembleia Constituinte foi palco de debates intensos acerca da construção dos preceitos constitucionais com vistas à organização e manutenção do Estado de Direito.

Uma das reivindicações defendidas por organizações sociais progressistas consistia na ampliação das políticas públicas na área da educação, como forma de contribuir para a ampliação efetiva da cidadania. Propunham que a educação, entendida como um processo de emancipação e de socialização dos saberes, tinha estreitas ligações com a conquista da cidadania. Para Silva (2011), é importante observar o papel da educação como articuladora na difusão da cultura dos direitos humanos no país, cada vez mais evidente nas pautas de luta social e no âmbito das políticas públicas.

Muitas sociedades, ao longo da história, estabeleceram relações entre educação e cidadania, porém com significados diversos, condicionados às especificidades histórico-culturais de cada povo. Numa perspectiva histórica, esses conceitos devem ser entendidos como construção, produzidos no interior das relações contraditórias que se estabelecem em cada sociedade.

Para Kant (1996), o homem não pode chegar a ser homem a não ser por intermédio da educação. Ele, o homem, não é mais aquilo que a educação faz dele.

Segundo Antunes (1999), na cidade-Estado de Atenas, o direito à cidadania constitui-se numa obrigação para os atenienses, sendo malvistas as que não participavam das assembleias populares. Entretanto, esse direito de cidadania estava restrito aos homens livres da cidade, da chamada polis. Estavam excluídos desse direito os escravos, que eram a maioria da população, os idosos, as mulheres, os deficientes e os estrangeiros. Segundo historiadores, mais de 90% da população de Atenas não tinham direito à cidadania.

Conforme Arroyo (2006), o ideal de educação, entre os gregos, consistia na formação dos homens da classe dominante para que pudessem participar ativamente da política, que era a condição imprescindível para o exercício da cidadania, nisso vemos a ligação da educação com o processo de liberdade, liberdade de uma vida plena de participação social. Com isso se percebe que as classes sociais até os dias de hoje continuam separando educação em tipos de educação, ou seja uma educação da elite e outra a classe trabalhadora.

Para Castells (1999), a democracia ateniense, cujos princípios influenciaram na estrutura do poder político de alguns países ocidentais, estava praticamente restrita aos grandes proprietários de terra, que eram livres das atividades relativas ao trabalho, já que este era interpretado como incompatível com a liberdade de pensar, produzir conhecimentos e participar diretamente das atividades de natureza política. Portanto, a cidadania no mundo ateniense era uma relação que se estabelecia entre proprietários de terra, homens livres do trabalho, que exerciam funções de comando por meio da participação política direta.

Segundo Frigotto (2003), a verdadeira democracia consiste em uma prática pedagógica, pois educa para a cidadania. Onde o ato de educar não visa apenas desenvolver nossas habilidades físico-motoras e psíquico-afetivas, mas igualmente a convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política. A educação para a cidadania significa fazer de cada indivíduo um agente de transformação social, por meio de uma reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais pleno, em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam. Uma concepção de cidadão enquanto sujeito político que exige uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política (ARROYO, 1995, p.74).

A questão da cidadania ganhou novos significados a partir das ideias iluministas difundidas na Europa no século XVIII. As reivindicações da burguesia europeia por igualdade de direitos e liberdade de atuar nas atividades econômicas, sem a ingerência do Estado, marcaram uma nova etapa na qual houve de fato, ainda que não abrangesse a grande maioria da população, a ampliação dos direitos civis e alguns direitos políticos.

A Revolução Francesa de 1789, influenciada pelo ideal iluminista, abriu possibilidades concretas para a garantia de direitos dos homens, ainda que esses direitos

estivessem praticamente limitados aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, havendo pouca relação entre esses princípios e a ampliação efetiva dos direitos para a grande maioria da população. O que houve na verdade foi a ampliação de direitos para a burguesia², que abriu brechas para sua consolidação no poder político.

A exploração da classe trabalhadora, no período após a primeira Revolução Industrial, despertou movimentos políticos que reivindicavam, inicialmente a ampliação de direitos políticos sociais, visando à participação política e a aprovação de leis de proteção ao trabalho. Em meados do século XIX, intensificaram-se as lutas operárias e as lideranças dos movimentos dos trabalhadores abandonaram as propostas de reformas da sociedade capitalista e passaram a discutir e propor projetos visando à destruição das relações de produção capitalistas e, como alternativa, idealizaram os pressupostos de uma sociedade baseada nas relações de produção comunistas.

Esses ideais foram significativos na construção de um novo conceito de cidadania cujos fundamentos estavam imbuídos da nova concepção da valorização do trabalho. A frase de Karl Marx e de Friedrich Engels conclamando os trabalhadores de todo o mundo para se unirem propiciou todo um processo de reivindicações dos trabalhadores em defesa da ampliação de direitos civis, políticos e sociais. (MARX; ENGELS, 1970, p.208).

O século XX foi caracterizado pela luta e pela conquista de direitos políticos e sociais. Houve avanços nesse processo de conquistas. No Brasil, como resultado da organização, da mobilização e de lutas, os trabalhadores conquistaram direitos trabalhistas, direito de voto e o direito à educação.

Ao tratarmos da educação, enquanto direito, no início dos anos 1960 representou um marco histórico nas lutas dos trabalhadores em defesa da ampliação dos direitos à educação. Com os avanços conquistados nas lutas sociais e perante legislação se percebeu um aumento no ingresso de crianças e adolescentes na escola, mas os indicadores revelam também que a grande maioria não conseguia a permanência por causa da estrutura social excludente em razão das condições de vida e de trabalho da população pobre.

Para Gadotti (1987), a luta pela ampliação do acesso e pela qualidade da escola pública, mesmo sob total repressão, continuou em plena época da ditadura. A mobilização

² **Por burguesia neste período se compreende:** camada Social da Era Moderna, que abrangia tanto banqueiros e ricos comerciantes quanto pequenos comerciantes.

por esse direito à educação de qualidade para todos ganhou as ruas e, em determinados momentos, representou, a um só tempo, a luta contra a ditadura e a luta pela conquista da cidadania. O período de redemocratização foi fundamental para as discussões sobre os direitos de cidadania, dentre os quais a educação era elencada como prioridade pelos movimentos sociais, pelos sindicatos de trabalhadores e pelos partidos de esquerda e da social-democracias.

Segundo Ianni (1993), as transformações no mundo do trabalho criaram uma dura realidade para milhões de brasileiros que perderam os seus empregos ou foram alijados da economia formal e passaram a sobreviver à margem do processo produtivo, trabalhando em condições precárias e com baixíssima capacidade de galgar um novo posto de trabalho e por consequência por melhores condições de vida material.

O trabalho é antes de tudo a essência do ser humano, assume o caráter mediador da relação do homem com a natureza, pois é através do trabalho, que o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo que transforma a natureza, transforma o próprio homem, constitui como ser social, sendo, assim, a expressão da vida humana que por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 2013, p.255).

Numa perspectiva histórica, a educação sempre foi um elemento importante em todas as sociedades. À medida que essas sociedades foram se tornando complexas do ponto de vista de sua organização econômica, social, política e cultural, a educação foi assumindo progressivamente um papel fundamental na constituição do patrimônio humano mundo afora.

Conforme Demo (1994), nos anos 60, o crescimento da participação popular no cenário da política e nas iniciativas da educação popular deu origem aos sujeitos coletivos a favor de uma maior socialização política. A igreja Católica, os movimentos sociais foram fundamentais instrumentos de promoção da cultura e da educação popular.

Brandão (2002) aponta que o objetivo dos movimentos populares não estava pautado na reforma restrita a alguns setores da sociedade, como a questão agrária, por exemplo, mas a uma transformação completa de seus sistemas de produção, de poder e de organização da vida social e cultural em todos os seus planos e domínios. Dessa forma, as pautas populares de ação direcionavam-se aos setores populares como sujeitos determinantes no processo de transformação social.

Diante disso, a educação irá se manifestar de sociedade para sociedade, modificando seus interesses, os quais implicam no tipo de indivíduos que se deseja fazer mediante o processo educativo.

Ajuda a pensar tipos de homens, mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legítima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força (BRANDÃO, 2007, p.11).

Paulo Freire foi o principal idealizador de uma educação que proporcionasse a conscientização do analfabeto, da liberdade do oprimido, por meio do movimento de cultura popular, propondo uma prática pedagógica libertadora. Nesse processo, de acordo com Mogilka (1997) os oprimidos terão que enfrentar o medo da liberdade. Este medo se refere ao medo do vazio, após a expulsão do dominador de dentro si. Esse vazio será preenchido com a autonomia, com a responsabilidade de suas escolhas, sem as quais não estariam livres.

Na perspectiva freiriana a educação, enquanto especificidade humana, é concebida como caminho viável para intervenção no mundo. A educação é política, sendo impossível sua neutralidade: ela tem o poder de libertar ou oprimir. Neste sentido, uma educação libertadora necessita de luta permanente pelo direito de ser respeitado, ou seja, o direito de dizer a própria palavra.

[...] precisa reconhecer, primeiro, nos educandos um processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados; segundo, reconhecer que o conhecimento não é dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu e quem não o adquiriu (FREIRE, 1997, p.29).

De acordo com Freire (1981) apenas os seres humanos são capazes de refletir sobre suas limitações e libertarem-se destas. Essa reflexão se dá no exercício consciente, reflexivo, da ação transformadora da realidade condicionante. A consciência e ação sobre a realidade são inseparáveis do ato transformador, no qual os homens se fazem seres de relações, seres de palavra.

Ao longo do tempo, o processo educativo, como qualquer processo, teve suas transformações. Segundo Krauskopf (2005), a educação teria como uma das funções atualmente, ensinar o jovem a “aprender a mudar”, devido, principalmente, às mutações

do mercado de trabalho e a exigência cada vez maior por qualificação. Nisso passamos então à relação de educação e trabalho.

De acordo com Frigotto (1984), a educação se constitui uma prática contraditória, visto que se estabelece no interior de classes com interesses divergentes. Contudo, com a influência da teoria do capital humano no processo escolar, ocorre o reforço de uma perspectiva meritocrática. O que acarreta uma responsabilização do indivíduo pelo seu aproveitamento ou não na trajetória escolar. Com isso, a escola funcionando por esta perspectiva, acaba desqualificando a classe trabalhadora, impossibilitando o seu desenvolvimento. E neste sentido, o trabalho tem uma desvalorização. E a valorização da educação básica apresenta-se subordinada aos interesses do mercado, do capital. Para uma alteração neste contexto, é preciso que se efetive uma educação concebida “como direito subjetivo de todos e o espaço social de organização, produção e apropriação dos conhecimentos mais avançados produzidos pela humanidade.”

2.3 Conceito de Trabalho no Ensino Médio

O conceito de trabalho assumiu diferentes significados ao longo da história. Em determinadas sociedades foi desprezado, porque representava sacrifício, tortura e vergonha. Em outras sociedades, o trabalho foi exaltado e representava a única fonte de riquezas. Para algumas sociedades, significava uma atividade que libertava o homem da servidão.

Para Marx (1982), o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

No início do século XX, foi pensado de forma científica, na qual procuravam estabelecer um controle total sobre todas as atividades a ele relacionada. Nos Estados totalitários, era idolatrado como uma atividade crucial na difusão do nacionalismo exacerbado.

Para Frigotto (2004), o que irá se desenvolver é a possibilidade de classe trabalhadora ter acesso à escola, mas de uma forma diferente daquela da elite. A escola para a classe trabalhadora era voltada à disciplina do trabalho, sendo esse precoce e precário.

Frigotto (2003), defende que o trabalho tem sido considerado um ato de agir sobre a natureza, transformando-a de acordo com as necessidades humanas. Na relação que os homens estabelecem com a natureza reside o fundamento do trabalho, pois esse é visto como uma das atividades determinantes das relações sociais.

Segundo Marx (1983), na Grécia antiga, o trabalho não era visto como uma atividade digna de homens livres. Nessa sociedade, o ato de pensar e refletir eram atividades que dignificavam os homens livres, ou seja, os que se encontravam no estado de “ócio”. Os gregos, estabeleceram a dicotomia entre o “ócio” e o “trabalho”. Havia os que nasceram para pensar e decidir e os que nasceram para sustentar os cidadãos livres. Tanto gregos como romanos tinham pouco apreço pelo trabalho, que consideravam uma atividade destinada aos escravos para libertar o cidadão das amarras impostas por essa atividade desprezível, mas necessária na garantia da produção de riquezas da classe privilegiadas de cidadão livres.

A noção de trabalho, para os gregos, estava diretamente vinculada à rotina da utilização das mãos em contato com utensílios rudimentares, sem técnica e criatividade. Outros autores salientam que os gregos tinham descaço pelo trabalho não porque ele era manual ou degradante, mas pela sua simplificação, que dispensava qualificação, e por ser uma atividade monótona e de longa duração (CARMO 1991, p.25).

O mundo ocidental conviveu muito tempo com essa dicotomia entre o trabalho intelectual e o manual, isto é, atividade exercida pela classe dominante e o trabalho executado pela mesma. O desenvolvimento do capitalismo gerou a necessidade de a burguesia construir novas concepções do trabalho, passou a ser considerado um elemento impulsionador do crescimento econômico e da acumulação de capital.

Conforme Marx (2003), no que tange à questão do trabalho, as mudanças provenientes do sistema capitalista, a partir da adoção das políticas neoliberais, não têm privilegiado em nada as classes mais pobres, pelo contrário, o que percebemos é um agravamento da questão social.

Segundo Frigotto (1999), o trabalho tem a idade da origem do mundo humano. Já para Marx e Engels (1983, p.30), o trabalho enquanto valor de uso é um “princípio” que educa. “A dimensão educativa deriva de uma dimensão ontológica, ou seja, de especificidade do ser humano criar, historicamente, pelo trabalho, suas condições de produção da vida material, biológica, cultural etc.”

O processo de trabalho, como elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.153).

Também para Frigotto (1999), o trabalho constitui uma parte essencial da vida humana, visto que o enfraquecimento dos vínculos com o mundo do trabalho provoca uma série de questões que irão levar ao enfraquecimento de outras esferas da vida humana.

Conforme Antunes (2009), o mundo do trabalho é um elemento vital para a sobrevivência humana. O trabalho é o ponto de partida para a constituição do ser social. Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital.

Na sociedade capitalista, o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital (ANTUNES, 2005, p.69).

Para Marx, o trabalho é o estruturador da sociabilidade humana, pois com o trabalho o homem pobre sai da condição passiva para a condição de mediador, transformando a natureza e a si mesmo.

No século XVI, a Reforma protestante contribuiu para a mudança dos paradigmas quando o trabalho passou a ser visto não mais como um sacrifício, mas um motivo de orgulho. O sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) em sua obra intitulada *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada em 1904-1905, diz que ao estudar a evolução do capitalismo, percebeu a existência de uma relação entre a ideia de valorização do trabalho, defendida pelos protestantes, e o desenvolvimento do capitalismo. Os calvinistas chegaram a estabelecer a ideia de predestinação associada ao sucesso da atividade profissional e econômica.

Toda riqueza é criada pelo trabalhador, e o valor de todos os bens é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los. Mas o trabalhador não recebe o valor total do fruto do seu trabalho; ele recebe um salário que, na maioria das vezes, é suficiente apenas para sua subsistência e a de seus filhos, ou seja, para a reposição de sua força de trabalho. Assim, o capitalismo nunca remunera o trabalhador de acordo com a riqueza que ele produz (BRAICK e MOTA, 2007, p.440).

Os iluministas do século XVIII difundiram a concepção de trabalho como valor. Era preciso difundir essa ideologia como forma de motivar a classe trabalhadora a produzir riquezas. A exaltação marcaria os discursos liberais, visto que a mais-valia se tornou fator decisivo para o processo de acumulação de capital principalmente na fase do capitalismo industrial.

No século XIX, Marx e Engels anunciam a redenção do trabalhador pelo trabalho. Eles o elegeram como o foco principal de suas análises e o trabalhador como ser produtor de riquezas e, portanto, classe social que se libertará das condições degradantes impostas pelo capital.

É importante notar a historicidade que o conceito de trabalho assume nesse processo. A partir daí emergem as relações sociais que se estabelecem entre as classes ou grupos. A ideia de que todos devem trabalhar, impregnada no senso comum, deve ser entendida num contexto marcado pelo embate entre grupos e classes sociais. Num processo dialético, o trabalho é fruto e, ao mesmo tempo, produto das relações que são estabelecidas na sociedade, no confronto entre as diferentes classes sociais.

Precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, precarização do homem que trabalha, no sentido de efetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem (ALVES, 2011, p.189).

De acordo com Kalleberg (2009), o trabalho precário produziu insegurança e volatilidade econômica, contribuiu para a crescente desigualdade econômica e reforçou os sistemas distributivos altamente desiguais e injustos. Além disso, a experiência da precariedade corrói a identidade e promove a anomia.

Segundo Antunes (1999), a classe trabalhadora se torna cada vez mais complexa, fragmentada e heterogênea, dividida entre: qualificada, que seriam os trabalhadores polivalentes e multifuncionais; e desqualificada e precária, estes exemplificados pelos subempregados e informalizados, atingidos pelo desemprego estrutural.

A reestruturação produtiva das últimas décadas do século XX teve forte impacto dentro e fora do ambiente de trabalho. Além de aprofundar o grau de exploração e de dominação da força laborativa no interior do processo produtivo, provocou transformações abruptas na sociedade, afetando as condições sociais e políticas dos trabalhadores. A reorganização desse espaço, com a substituição do maquinário mecanizado por sistemas automatizados de produção, o enxugamento dos estoques e o deslocamento de unidades de produção para outras regiões/países, provocou alterações significativas nas relações sociais, dentro e fora das empresas. No interior delas, as inovações tecnológicas e o novo modo de gerenciamento da produção e dos estoques transformaram os processos de produção e a estrutura organizacional da empresa. Isso levou ao desaparecimento/surgimento de funções tanto nas unidades de produção quanto nas áreas de gerenciamento.

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para a zona de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital (HARVEY, 1998, p.140).

Além disso, a reorganização do processo exigiu que os trabalhadores assumissem um leque de competências, antes exercidas por trabalhadores não-qualificados e por antigas chefias. Esse acúmulo de tarefas/funções, por um lado, garantia o aumento da produtividade e, de outro lado, geraria o fenômeno social do desemprego. Esse fenômeno, vivenciado pelas sociedades no início dos processos de mecanização da produção e nos anos da depressão após a crise de 1929, retorna hoje com vigor alterando níveis salariais, exercendo pressão sobre os que se mantêm no emprego e, como consequência, desestruturando o movimento sindical.

A ideia da qualificação como um processo constituído com base em um movimento dialético, que comportaria, ao mesmo tempo, elementos qualificantes e desqualificantes, conectados ao ato e/ou atividades de trabalho, não circunscrita e cristalizada em função de um conjunto prescrito de postos de trabalho, tarefas e funções (MACHADO 1996, p.13)

De acordo com Frigotto (2004), a contradição é ainda mais radical presente no trabalho e na educação voltados para os jovens da classe trabalhadora. Isso porque cresceu o número de jovens que para ajudar na renda familiar, inserem-se no mercado de trabalho em diferentes atividades. E essa inserção não faz parte de suas escolhas e sim do sistema capitalista que precariza cada vez mais as relações de trabalho

A questão do desemprego apresenta diferenças entre os jovens ricos e pobres. Entre os mais ricos, o desemprego está relacionado à necessidade de prolongar os anos de estudo, de forma a adquirir uma melhor qualificação e preparar-se para o mercado de trabalho. E esta qualificação se estende até uma idade em que o jovem já é considerado apto para o trabalho. Em relação aos jovens pobres, existe uma maior necessidade de trabalhar cada vez mais cedo. Mas muitas vezes, pela falta de experiência ou qualificação não conseguem acessar o mercado de trabalho (KLIKSBURG, 2010, p.404).

Amorin (2007), afirma que a reestruturação produtiva foi, num momento de crise do capital, um meio de desorganizar as formas de resistência da classe trabalhadora para, então, restaurar as formas de dominação dos grupos dirigentes, impondo novos processos de trabalho, de gestão do capital, de redefinição dos parâmetros de qualificação do trabalhador, de reordenamento das políticas públicas, como também de mudanças das leis trabalhistas e das prioridades sociais ditadas pelo Estado.

Além desses fatores, as transformações engendraram o surgimento/ressurgimento de formas de trabalho degradantes em escala global, visto que as relações sociais mantêm inter-relações com a economia mundial, nesse contexto de economia mundializada.

As novas formas de exploração do trabalho vieram acompanhadas de grandes contradições. Ao mesmo tempo em que as grandes empresas exigem função qualificada e especializada, durante esse mesmo processo o sistema capitalista cria o trabalho informal, o subemprego e relações de trabalho que podem ser comparadas ao do trabalho escravo. As propostas alternativas de educação devem abarcar não apenas o universo criado no interior das grandes empresas, mas dar conta das multidões de trabalhadores que permanecem na rede periférica do sistema produtivo dominante e que foram por ele produzidas e mantidas dentro da esfera de criação baseada nos moldes do padrão taylorista/fordista.

Segundo Kameyama (2004), no período industrial, o trabalho era o principal elemento organizador das relações sociais e era através dele que os indivíduos adquiriam existência e identidade social a partir da profissão que exerciam.

2.4 Trabalho Como Princípio Educativo

No contexto de mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas do mundo da produção e do trabalho, surgiram várias propostas para a formação do trabalhador. Uma delas, idealizada por autores de tendência marxista, representou o resgate de ideias

educacionais do escritor italiano Antônio Gramsci. Seguindo pressupostos do marxismo, Gramsci (2005) entende que a educação desempenha papel fundamental na consolidação da hegemonia política, porém, dadas as condições em que se desenvolvem o conhecimento, desempenha também um papel importante na reformulação da contra hegemonia.

Questionando a dualidade existente na sociedade italiana entre educação humanista, destinada à classe dominante, e a educação profissional, voltada à classe dominada, Gramsci propõe a instituição de uma escola única que fornecesse ao indivíduo capacidade intelectual e manual. Para isso, propunha que a escola unitária adotasse métodos de estudo e de aprendizagem que estimulem a criatividade. Segundo ele, os trabalhadores não devem ser passivos intelectualmente, devem ter conhecimentos para o desenvolvimento de atividades culturais que integrem o mundo da cultura com o mundo do trabalho.

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas (GRAMSCI, 1991, p.121).

Na defesa da escola unitária, Gramsci retoma conceitos de Karl Marx, que defende a abolição da sujeição do homem a uma única atividade. Em Marx, o trabalho não era uma categoria meramente econômica, mas uma atividade na qual o homem desenvolve-se a si mesmo, pois é por meio do trabalho produtivo e não o alienado que se dá a plena identificação do homem com a natureza.

O desafio era o de pensar uma escola socialista unitária, que articulasse o ensino técnico-científico ao saber humanista. Essa seria uma chave para que os trabalhadores pudessem perseguir a sua autonomia e desenvolver uma nova cultura, antagônica àquela da burguesia. A luta dos trabalhadores para garantir e aprofundar a cultura, para se apropriar do conhecimento, traria consigo o esforço e o empenho para assegurar a sua autonomia em relação aos intelectuais da classe dominante e ao seu poder despótico (ARROIO, 2006, p.312).

As ideias de Gramsci e de Marx sobre o papel da educação e do trabalho na formação da classe trabalhadora proporcionaram contribuições significativas para a elaboração de propostas políticas educacionais, visando a formação do indivíduo no

contexto das mudanças originárias da adoção de novas tecnologias no processo produtivo e do processo de globalização e das políticas neoliberais.

O lema do trabalho como princípio educativo serviu de referencial teórico e político a vários autores no processo de elaboração de propostas educativas que apresentassem um ideal de emancipação para a classe trabalhadora. Esses autores partiram do pressuposto de que todo o sistema educacional é estruturado com base nas questões relativas ao trabalho, já que este é, para eles, a base da existência humana e os homens se autoconstroem à medida que produzem sua própria existência.

Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto como que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 1986, p.27).

Essa corrente de pensamento apresentou várias propostas de texto constitucional, durante o embate político-ideológico que se estabeleceu na época da elaboração da Carta Magna, em 1988, e da LDB, em 1996. O objetivo central dessa corrente era pensar a questão do trabalho de modo que o sujeito não seja o mercado, mas uma dimensão da realidade social. Essas propostas apresentadas contrapunham-se ao projeto dos setores conservadores que mantinha a tradicional separação entre a educação propedêutica e a educação técnica, centrada na qualificação do trabalhador visando atender demandas do mercado de trabalho.

2.5 Formas Contemporâneas de Organização do Trabalho

As formas contemporâneas do trabalho foram engrenadas no processo histórico conhecido por Revolução Industrial. Com esse processo, o capitalismo tornou-se um modo de produção preponderante, caracterizado principalmente pela utilização de procedimentos mecanizados no processo de produção e pela exploração do trabalho assalariado.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade- é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982 p.50).

Entretanto, é importante resgatar algumas características das duas primeiras etapas como forma de entender a lógica do sistema capitalista no tocante à questão do trabalho. A etapa da cooperação tem início no século XVI, quando os trabalhadores

artesãos foram reunidos num mesmo local. Esse processo pode ser caracterizado como o embrião da fábrica.

A produção capitalista tem início quando os proprietários do capital reuniram num mesmo local um número relativamente elevado de artesãos que produziam, seguindo suas ordens, uma mesma espécie de mercadorias para o mercado. Segundo ele, os meios de produção utilizados de forma comum por muitos trabalhadores representavam a diminuição do valor da mercadoria (MARX 2000, p.108).

Marx reforça a ideia de que a reunião de trabalhadores num mesmo local proporcionou a elevação da produtividade, pois a combinação da força de trabalho coletivo levou à ampliação da quantidade de mercadorias produzidas e à diminuição do tempo necessário à produção de um bem.

Nos séculos XVII e XVIII, a etapa da manufatura é caracterizada principalmente pela divisão social do trabalho, surgindo um processo de hierarquização entre trabalhadores qualificados, para funções que demandavam maior esforço mental e maiores habilidades manuais, e trabalhadores não-qualificados, para tarefas mais simples que não necessitavam de muito treinamento. Essa etapa revolucionou a organização do processo de trabalho, porém manteve o capital dependente dele (MARX, 1975b, p.389).

A terceira etapa caracterizou-se pelo surgimento da maquinaria, que representou a origem da fábrica moderna. A maquinaria dependia da força produtora de energia, do mecanismo de transmissão e de várias ferramentas para moldar o bem a ser comercializado. Nessa etapa da grande indústria, os trabalhadores tiveram que se adaptar à nova ferramenta, subordinando-se ao tempo e ao ritmo da máquina, num esquema de alienação do trabalho. A mecanização do processo produtivo teve como consequência o aumento da produtividade e a desqualificação e a desvalorização da mão-de-obra. Representou a completa separação entre o “saber”, restrito aos industriais, gerentes e trabalhadores que tinham o controle e faziam a reparação das máquinas, e o “fazer”, delegado à maioria dos empregados sem qualificação profissional.

Cooperação, manufatura e grande indústria não são apenas formas históricas de organização da produção capitalista, substituídas ao longo do tempo histórico por outras formas avançadas de organização capitalista da produção. Na verdade, cooperação, manufatura e grande indústria são formas históricas de organização do capital que se repõe em cada fase de desenvolvimento do capitalismo. Os princípios da cooperação (trabalhador coletivo), manufatura (divisão do trabalho) e grande indústria (maquinaria) são repostos em sua processual idade dialética, em cada etapa histórica de desenvolvimento capitalista (ALVES, 2011, p.33).

Karl Marx (1983) revela alguns aspectos da passagem da manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio do trabalho, aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo.

Não interessava à burguesia aumentar apenas a produção, era fundamental pensar formas de obter ganhos de produtividade do trabalhador. Para isso, ela buscou mecanismos racionais de organização, ou seja, de encontrar meios de aproveitar ao máximo as horas de produção do trabalhador, para que não houvesse desperdício de tempo durante a jornada.

O que possibilita a um capitalista obter uma renda superior ao salário que ele paga ao seu empregado é exatamente o mesmo fenômeno que torna possível a um dono de escravo auferir ganhos em decorrência do trabalho do seu escravo. Mais especificamente, um trabalhador é capaz de produzir, em menos de um dia inteiro de trabalho, os bens de que ele necessita para ter a força e a energia necessárias para labutar um dia inteiro de trabalho (MARX, 2004, p.32).

Castells (2003), relata a etapa da grande indústria, podem ser encontradas principalmente dois métodos de organização dos procedimentos de trabalho no interior da fábrica: um delineado pelos princípios do taylorismo/fordismo e o outro baseado nos fundamentos do chamado “pós-fordismo” ou toyotismo.

No final do século XIX, Frederick Taylor desenvolveu estudos sobre a racionalização do trabalho, que serviram de orientação para o capital. Nesse período, o trabalhador ainda mantinha o controle sobre o modo de realizar o trabalho. Taylor, baseado nos princípios de administração científica, afirmava que era preciso tornar o sistema mais produtivo, criando mecanismos para evitar o desperdício de materiais, de ferramentas, tempo e trabalhadores. Para isso, ele propôs que as etapas do processo produtivo seguissem normas e procedimentos elaborados cientificamente, como forma de transferir o controle do processo para a administração das empresas.

Taylor buscava a melhor forma de administrar a tarefa, melhorando o desempenho de cada função, pois o essencial era a racionalização do tempo do trabalho, O objetivo de Taylor era sistematizar a produção, aumentar a produtividade, economizar tempo e suprimir gastos desnecessários ao processo produtivo. O taylorismo não se restringiu à organização do trabalho e da produção. Ele estende-se para todas as esferas da vida do

homem, que programa sua vida e seu tempo em função da ordem racional do tempo ditado pelos relógios.

O estado das relações de classe” na época não seria favorável à fácil aceitação de um sistema de produção apoiado na rotinização das tarefas e exposição cotidiana do trabalhador a longas jornadas, sem que este tivesse conhecimento pleno da produção. Considere-se que o controle da força de trabalho, com o objetivo de acumulação do capital, envolveria a adoção de mecanismos de repressão aliados aos de cooptação e cooperação que se estenderiam do espaço fabril para a sociedade (HARVEY, 2005, p.119).

O fordismo é também uma forma de organização do trabalho baseada nos princípios da racionalização da produção e do trabalho. Foi Henry Ford, um industrial do setor automobilístico, nos Estados Unidos, que criou, no início do século XX, a linha de montagem, cujo objetivo era aumentar a produção de automóveis com menor quantidade de operários, ou seja, por meio do aumento de produtividade.

Para isso, Henry Ford, introduziu procedimentos na organização do trabalho e da produção que predominaram praticamente em todas as formas de organização das sociedades do século XX. Ford parte da ideia da racionalização do tempo e do controle dos trabalhadores. Com o fordismo, ampliou ainda mais a separação entre o saber e o fazer. Essa separação do trabalho facilita à burguesia ter o controle sobre o produto final e sobre o trabalhador.

As inovações tecnológicas verificadas na produção, a partir da década de 1960, provocaram grandes mudanças na forma de organização do trabalho. A ampliação da automação, ao substituir grande parte de trabalhadores por máquinas, reduz drasticamente a oferta de emprego e modifica a natureza do próprio trabalho, exigindo novas funções e reestruturando as existentes. Além disso, as inovações constantes do desenvolvimento tecnológico exigem trabalhadores muito mais qualificados (KURZ, 1996, p.22).

Essas transformações colocaram em xeque a forma de organização do trabalho alicerçadas no modelo taylorista/fordista. A nova estrutura produtiva flexível exigia mudanças na organização do trabalho e na qualificação do trabalhador.

Castells (2001), afirma que o sistema de produção em massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. O sistema produtivo flexível surgiu como uma possível resposta para superar essa rigidez.

Nesse contexto, surge um modo original e novo de gerenciamento do processo de trabalho: o toyotismo. Nele os trabalhadores tornam-se especialistas multifuncionais. Ele elevou a produtividade das companhias automobilísticas japonesas e passou a ser considerado um modelo adaptado ao sistema produtivo flexível (CASTELLS, 1999, p.179).

Esse método exigia um novo perfil do trabalhador, com características para atuar em diversas funções e com diferentes meios de produção. Isso exige que o profissional seja multifuncional, domine processo de administração e esteja preparado para tomar decisões.

As novas realidades do mundo do trabalho hoje requerem trabalhadores com mais conhecimento, cultura, preparo técnico, que demandam, por sua vez, uma relação mais explícita entre conhecimentos e capacidades e sua aplicação. O autor defende que “a competência está ligada, portanto, a um modo adequado e correto de pôr em ação conhecimentos, instrumentos materiais, supondo-se o domínio desses conhecimentos, capacidades, habilidades, instrumentos (LIBÂNEO, 2004, p.84).

Essas inovações tecnológicas foram associadas aos princípios de organização relacionados ao sistema *just-in-time*, que substituiu a produção em massa do fordismo por um modelo de produção flexível baseado na demanda de consumo preexistente, com o objetivo de aumentar eficiência e a produtividade. Esse modelo exige um trabalhador polivalente com capacidade para monitorar várias máquinas e executar diferentes tarefas.

2.6 Mudanças no Mundo do Trabalho e Formação do Trabalhador

O atual mundo do trabalho passa por profundas transformações provenientes das inovações tecnológicas inseridas no processo produtivo a partir da década de 1950. Os avanços na informática e na biotecnologia provocaram um grande impacto nas formas de organização do trabalho. Tais mudanças técnicas permitiram à empresa recolocar a produção mecanizada, endurecida e padronizada, por uma produção automatizada, flexível e não padronizada, com o objetivo de atender a demanda de consumo individualizadas e produzir uma reengenharia na organização de trabalho, para adaptar-se às novas exigências tecnológicas e minimizar os custos de mão-de-obra.

O novo modelo de produção industrial que se esboça caracteriza-se pela grande importância do setor eletrônico, pela intensa aplicação da tecnologia digital de base microeletrônica e pelos progressos nos setores de química fina, dos novos materiais, de biotecnologia e de engenharia genética, beneficiados com os progressos da informática (PIRES, 1996, p.30).

Faz-se relevante salientar que essas mudanças decorrem da necessidade da organização buscar competitividade e produtividade como meio de revitalização do capital, face a um contexto histórico no qual o consumo não acompanhava a oferta dos produtos. Uma das maneiras de evitar o aprofundamento da crise do sistema capitalista

que se configurava nas décadas de 1950-1960 e se ampliou com a crise do petróleo na década de 1970, foi a realização de investimentos tecnológicos no processo produtivo que teve como seguimento a instituição de um sistema de produção flexível tendo em vista conciliar constantemente os produtos às exigências cada vez mais específicas de consumo.

A nova organização levou a extremos a fragmentação do saber técnico, inclusive de atividades altamente qualificadas, criando alto grau de flexibilidade. O processo da globalização descrito, que intensificou sua velocidade neste contexto, foi grandemente impulsionado pelas novas tecnologias que se referem principalmente à microeletrônica, informática, mas, também à biotecnologia e à tecnologia dos materiais. Gradativamente o modelo taylorista/fordista foi perdendo a importância nos países mais avançados e o surgimento de um novo paradigma que tem como ponto-chave a flexibilidade para produzir vários produtos com o uso dos mesmos equipamentos que são associados a novas formas de organização e coordenação de pessoal e do planejamento da produção. Este novo paradigma, chamado de pós-revolução industrial, visa integrar o trabalhador a todos os aspectos do processo de produção, incorporando à automação e à robótica a inteligência do homem. E a competitividade entre as empresas se dá não mais pela busca de economias de escala e do crescimento do tamanho das instalações, mas por meio da produção voltada para as encomendas específicas, por empresas de menor tamanho, que dessa forma se mostram mais capacitadas para a agilidade e flexibilização da produção, porém com menor capacidade de absorção de trabalhadores (DOWBOR, 1981, p.51).

As novas tecnologias, instaladas inicialmente na indústria automobilística, foram aperfeiçoadas e incorporadas, progressivamente, em outros setores industriais, no de serviços e no agropecuário. Esse processo de incorporação não foi uniforme, por ser característico de empresas com capital adequado para os novos investimentos e ocorreu inicialmente nos países altamente industrializados e nas instituições de grande porte.

Desta forma, a globalização econômica impulsionou ainda mais a competição entre as grandes empresas. Nessa etapa, caracterizada pela abertura dos mercados e pelo consecutivo deslocamento de parte ou de todo o processo produtivo das empresas para diferentes regiões do mundo, os capitalistas encontraram as condições para o aumento da produtividade, a redução de custos e a ampliação da produção e da circulação de mercadorias em escala mundial. Essa globalização, num processo dialético, levou ao desencadeamento de acirrada competição entre as grandes corporações e ao aperfeiçoamento ainda maior das inovações tecnológicas direcionadas à produção.

A globalização implica uma nova configuração espacial da economia mundial, como resultado geral de velhos e novos elementos de internacionalização e integração. Mas se expressa não somente em termos de maiores laços e interações internacionais, como também na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, consumo, que resultado do jogo das pressões

competitivas do mercado, das experiências políticas, da amplitude das comunicações ou da similitude de situações e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio (VIEIRA, 2009, p.73).

Assim, o impacto dessas mudanças sobre o mundo do trabalho provocou intensos debates acerca das origens desse novo fenômeno e de suas consequências sociais, em especial para os colaboradores. Nesse contexto, emergiram com grande força as ideias da sociologia do trabalho, denominada também de sociologia industrial. Essa corrente pretendia compreender as razões que levaram os industriais a adotarem procedimentos automatizados e informatizados, investigar as novas atribuições que as empresas exigiam dos trabalhadores e, principalmente, discutir as novas relações sociais advindas dessa mudança na estrutura econômica e social da sociedade atual.

Face às mudanças propulsionadas pelo “novo modelo” de produção, discutiu-se amplamente as formas de educar os trabalhadores a fim de atender as demandas das empresas e de criar condições para a manutenção do emprego e para a empregabilidade. Esse debate não poderia deixar de ser bastante ideologizado, porque a realidade entre capital e trabalho é contraditória e os seus agentes estão distantes de terem os mesmos interesses.

Na forma específica que assume na virada do século, a globalização explícita, de um lado, uma espécie de vingança do capital contra a luta histórica dos trabalhadores, e suas vitórias parciais em barrar-lhe a violência; e, de outro, o aprofundamento da contradição entre o avanço extraordinário das forças produtivas e o caráter opaco das relações sociais (FRIGOTTO, 2000, p.11).

Para Santos (2002), a globalização, parece que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo.

Para que as mudanças social e política aconteçam nas sociedades globalizadas, serão ainda necessárias duas outras grandes mutações: a mutação tecnológica, quando a utilização desta for democratizada a serviço do homem, e a mutação filosófica da espécie humana capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também do planeta (SANTOS, 2002, p.141).

De um lado, o Estado e a classe dominante trataram de buscar alternativas pragmáticas para contornar os problemas colocados por essa reestruturação do mundo do trabalho, cada qual procurando soluções para atender às necessidades presentes nas empresas, que desejavam um trabalhador qualificado, com múltiplas competências. De outro lado, o Estado depara-se com os graves problemas sociais decorrentes da grande

massa de profissionais que foram excluídos do trabalho, os que se deslocaram para o subemprego e os jovens que não conseguiam ingressar no mercado corporativo. Isso vem ao encontro da proposta curricular do Centro Paula Souza (Plano de Curso, 2013, p.7)³ “incorpora o conceito dos quatros pilares da educação: o aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer. Cada um dos pilares aponta para competências essenciais para a vida social em comunidade, para o trabalho, para a cultura e para o conhecimento” (SÃO PAULO, 2013).

Na sociedade, existe praticamente um consenso de que a educação é um dos requisitos fundamentais para a formação dos trabalhadores.

Já no início dos anos dois mil Kliksberg (2002), a qualidade da educação torna-se um fator decisivo e pré-requisito para que os indivíduos possam ter uma inserção produtiva estável, criando possibilidades reais de mobilidade social. A educação, por sua vez, caracteriza-se como um dos investimentos de maior retorno, por ser um elemento estratégico para o desenvolvimento da competitividade, além de ter incidência positiva sobre a produtividade do conjunto.

Independentemente das divergências teóricas em relação à centralidade do trabalho nas diferentes dimensões da estrutura social e política, o fato é que todas as correntes de pensamento reconhecem que as mudanças na reestruturação da produção exigem a adoção de ações que visem a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho, independente a que fim, seja para a emancipação do trabalhador ou seja para o aumento do capital, pela qualificação deste trabalhador.

A qualificação é vista como uma forma de preparação de mão-de-obra direcionada para o mercado de trabalho, e que envolveria a educação profissional escolar e a experiência adquirida.

Kuenzer (2002), aponta para um conceito de competência como práxis que articula conhecimento teórico e capacidade de atuar.

(...) a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida. Ele tem sido vinculado à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a

³ **Centro Paula Souza (Plano de Curso, 2013, p.7):** O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza é uma autarquia do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, que administra as 220 Escolas Técnicas e as 66 Faculdades de Tecnologia do Estado. E em cada curso tem um plano, onde o plano de curso nº 226 do ano 2013, é referente a pesquisa realizada neste trabalho.

comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos (KUENZER, 2002, p.8).

Segundo Castells (2000) no Brasil, a década de 1990 foi marcada pelo discurso da qualificação do trabalhador como uma alternativa para solucionar problemas engendrados pelo desemprego e o subemprego. A tônica que norteou o debate e a reflexão sobre o ensino técnico consistiu no objetivo de formar profissionais de acordo com as expectativas das empresas e com reais condições de empregabilidade. Esse discurso da necessidade da formação de um sujeito com qualificação ou competências para sua inserção no processo social inovador esbarrou na ineficiência dos programas educacionais cujas diretrizes estão distintas das novas necessidades do mundo do trabalho, ou seja, da formação de um trabalhador com competências para “ser-fazer-conhecer-conviver”.

Está mais estreitamente ligado à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução (DELORS, 2000, p.93).

Hoje, o debate gira em torno da noção de competências exigidas do trabalhador pelos diferentes setores da economia.

Segundo a BNCC:

Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, onde a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa (BRASIL, 1999).

As competências além de estarem relacionadas à capacidade de pensar e decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar e de administrar a produção e sua qualidade, também oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. As propostas educativas que visassem a formação básica, de caráter universal, e a educação dirigida para instrumentalizar o trabalhador com saberes que lhes possibilitasse as condições mínimas de sua reinserção no mundo do trabalho. De acordo como o objetivo do Plano de Curso “formar profissionais com competências e habilidades em Administração que lhes

possibilitem enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho” (SÃO PAULO, 2013, p.9).

Hirata (1994), considera que a noção de competência é oriunda do discurso empresarial francês, retomada por economistas sociólogos.

A competência é uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos e retomada em seguida por economistas e sociólogos na França. Noção ainda bastante imprecisa, se comparada ao conceito de qualificação, um dos conceitos-chave da sociologia do trabalho francesa desde os seus primórdios; noção marcada política e ideologicamente por sua origem, e da qual está totalmente ausente a ideia de relação social, que define o conceito de qualificação (HIRATA, 1994, p.128).

Para ela, é uma noção ainda bastante imprecisa e decorreu da necessidade de avaliar e classificar conhecimentos e novas habilidades festadas a partir das novas exigências de situações concretas de trabalho, associadas, portanto, aos novos modelos de produção e gerenciamento, e substitutiva da noção de qualificação ancorada nos postos de trabalho e das classificações profissionais que lhes eram correspondentes.

Algumas propostas educativas como incorporar a tecnologia em sala de aula, educar para as habilidades do futuro, estão sendo apresentadas com alternativas de transformação da ação pedagógica visando enfrentar os desafios originários das mudanças no mundo da produção e do trabalho e de suas consequências sobre a estrutura social.

Um dos idealizadores dessa proposta foi educador Paulo Freire, que trabalhava a perspectiva de que educadores e educandos se engajassem numa dimensão crítica e criativa no processo da construção do conhecimento, no qual todos ensinam e todos aprendem, num processo em que todos se transformam visando a transformação social na direção de uma sociedade igualitária.

Nessa concepção, há uma profunda ligação entre o processo educativo e os demais processos da vida de uma sociedade, Dentro dessa perspectiva, a ação educativa não se limita ao sistema formal, mas engloba as diferentes organizações sociais.

Há praticamente um consenso entre os estudiosos do modelo de produção flexível que as mudanças no interior da fábrica passaram a exigir um trabalhador com domínio do conhecimento, com capacidade de aprender, de criar e dar respostas rápidas aos novos desafios do setor produtivo.

A necessidade de formação dos trabalhadores face aos desafios colocados pela crise do trabalho, surgiram vários conceitos: “qualificação para o trabalho”, “qualificação polivalente”, “modelo de competências” entre outros. Todos esses conceitos ganhavam significados ideológicos dependendo da corrente de pensamento de seus idealizadores.

Ela tem sido vinculada à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar, a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos.

Na década de 1990, foram amplamente discutidas a qualificação polivalente ou politécnica como possibilidades de fazer frente às novas necessidades do capital/trabalho. Os partidários do capital almejam que a educação se adapte às exigências do novo padrão de produção, defendendo uma educação polivalente, na qual o trabalhador adquira competências de realizar diferentes funções com dinamismo e que tenha alta qualificação técnica, espírito criativo e compromisso com a empresa.

A polivalência se apoia no uso cientificista da ciência sujeitando o conhecimento à mera instrumentação utilitarista e o trabalhador a processos de adaptação definidos por regras prescritas com anterioridade. O saber vivo do trabalho é encampado pela lógica conceitual e formalista, que o sintetiza, codifica e o congela ao transformá-lo em ‘softwares’, a mais nova expressão do trabalho morto (MACHADO, 1992, p.20).

Machado (1989) defende a politécnica, a qual representa o domínio da técnica e a possibilidade de um trabalho flexível, com a recomposição das tarefas a nível criativo, indo além da formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento. Nessa concepção, a formação politécnica pressupõe a plena expansão do indivíduo, inserindo-se dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos de socialização e não voltados para o imediatismo do mercado de trabalho.

Utiliza-se indistintamente dos termos educação unilateral, politécnica ou tecnológica ao referir-se ao eixo conceptual em torno do qual se buscou pensar a educação para o conjunto da sociedade brasileira no contexto dos anos 1980. Ressalta, ainda, que a formação humana unilateral, politécnica ou tecnológica e a escola unitária compõem dois conjuntos de categorias filosófica, pedagógica e politicamente articulados (FRIGOTTO, 2003, p.173).

Segundo Kuenzer (2002), a politecnia supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência.

2.7 Educação Continuada do Trabalhador e a Construção de Trajetórias e Profissionais

Pelos avanços que a sociedade apresenta desde sempre, mas em um ritmo mais acelerado pelas tecnologias digitais a formação contínua do trabalhador é algo inerente a sua sobrevivência no mundo do trabalho. Com isso a Educação continuada resulta na construção da trajetória que esse trabalhador irá construir profissionalmente.

O Plano de Curso alerta sobre saberes tratados como dogmas, como saberes finalizados, o que não se sustenta na Função da escola e da Educação defendidos neste trabalho. “Deve-se tomar muito cuidado com a estrutura de ensino que foi se solidificando com o passar dos séculos. Tantas vezes o conhecimento é apresentado como finalizado. O que aconteceu antes independe do que acontece hoje e vice-versa” (SÃO PAULO, 2013, p.9).

Educação continuada é um conceito de aprendizagem que consiste na ideia da constante qualificação do indivíduo, seja no âmbito acadêmico, profissional ou pessoal.

Conceitua a educação continuada como uma atividade institucionalizada possuindo como principais objetivos: promoção de mudança institucional, fortalecimento das ações da equipe e transformações de práticas técnicas e sociais; tendo como pressuposto para realização uma pedagogia centrada na resolutividade de problemas e sendo realizada dentro do ambiente de trabalho, promovendo com isso a apropriação do saber científico e constituindo-se em responsabilidade da instituição a qual o profissional presta seus serviços (ALMEIDA, 1997, p.239).

A retomada de alguns princípios da educação continuada do trabalhador, como forma de enfrentar os novos problemas que envolvem a formação dos mesmos gerados com introdução de tecnologias avançadas no processo de produção. Diante disso, torna-se importante compreender as diferentes visões sobre esse conceito e sua importância para o processo educacional brasileiro.

A ideia de educação continuada foi sendo construída, entre as décadas de 1940 e 1970, nas plenárias realizadas pela UNESCO, com objetivo de estabelecer propostas para a educação de adultos.

No relatório final, propõem-se que:

Deve-se fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenómeno da globalização para modificar a relação entre homens os quais mantêm com o espaço e tempo. (...). A educação ao longo de toda a vida torna-se assim, para nós, o meio de chegar a um equilíbrio perfeito entre trabalho e aprendizagem, bem como ao exercício de uma cidadania ativa (UNESCO, 2003, n.p.).

Para alguns autores, a educação permanente proposta nessas plenárias continham, de forma implícita, a finalidade de preparar mão-de-obra e consumidores para a reprodução do capital.

O ideal da educação permanente foi amplamente debatido no Brasil antes do golpe militar, em 1964. O educador Paulo Freire foi um dos grandes seguidores da educação permanente, mas com um viés associado à emancipação e à promoção humana do trabalhador. Sua visão da educação permanente de adultos continha propósitos político-ideológicos de conscientizar e mobilizar grupos sociais excluídos, ou seja, seu trabalho traduzia-se na concepção de educação enquanto prática libertadora do trabalhador.

Propõe a reflexão de que a educação tem carácter permanente, pois os seres humanos estão, sempre, educando-se. Nesse processo, todo o saber traz consigo a sua própria superação, situação a qual ocasiona uma relativização entre saber e ignorância. Se o saber se faz por meio de uma superação constante não se admite possível determinar posições de superioridade ou inferioridade entre os sujeitos envolvidos na relação educativa, mas a assunção da posição de humildade será aquela que permitirá a comunicação dos saberes (FREIRE, 2001, p.31).

No período militar, as políticas de educação continuada ficaram praticamente restritas às ações governamentais do programa de educação de adultos conhecido como Mobral. Esse programa teve poucos resultados concretos, pois os seus princípios estavam desvinculados da realidade social dos jovens e adultos que se pretendia educar.

Na literatura sobre a educação continuada é possível identificar vários princípios divergentes, alicerçados em pressupostos político-ideológicos dos seus autores.

Para Furter (1970) a educação continuada não pode ser reduzida nem a uma educação “extraescolar”, nem “complementar”, nem “prolongada”, nem tampouco “de adultos”, porque todas estas interpretações só veem uma parte do problema. Na sua concepção, a educação continuada é dialética, com um duplo processo de aprofundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida social global, que se traduz

pela participação efetiva, ativa e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a etapa da existência que esteja vivendo.

Ainda na visão desse autor, a educação continuada contribuiria ao aperfeiçoamento constante da formação profissional, num contexto histórico marcado pela velocidade das mudanças que ocorreram no mundo da produção em função do avanço tecnológico. A sua defesa da educação continuada está alicerçada na tese de que a alfabetização funcional associada à educação fundamental poderá integrar o que ele chama de forças ociosas e disponíveis para a construção de uma sociedade industrial.

Na perspectiva de uma educação continuada, de que os indivíduos devem se educar ao longo da vida, está implícita a necessidade de buscar alternativas visando enfrentar desafios do mundo do trabalho originários da atual sociedade do conhecimento e da informação. Entretanto, essa concepção de educação está direcionada predominantemente para a competição difundida na órbita das relações sociais capitalistas (GADOTTI, 2000, p.79).

Mais recentemente, tem surgido textos de autores que propõem um conceito de educação continuada baseado num processo educativo contínuo privilegiando todos os espaços de ensino-aprendizagem empresa, escola, associações, etc., partindo de uma situação-problema com o intuito de superá-la e transformá-la numa situação desejável.

Numa abordagem mais pragmática, há autores que defendem que a educação continuada dos profissionais deve constituir parte do pensar e fazer dos trabalhadores, visando proporcionar-lhes o crescimento pessoal e profissional, com vistas a sua inserção no mundo do trabalho.

Gadotti (1987) chama a atenção para a falsa promessa que se cria entre os trabalhadores de que a educação continuada, ao proporcionar o aumento de formação profissional, irá garantir condições de acessibilidade e de manutenção no trabalho. Suas preocupações fundamentam-se na ideia de que o trabalhador tenha a ilusão de que a educação seja “a alavanca da transformação social”.

Demo (1994) propõem que a formação do trabalhador seja contínua e baseada no lema “aprender a aprender” e “saber pensar”. Ele vê aspectos positivos na educação permanente que é vista sob o prisma da qualidade total. Destaca também que a educação continuada baseada na “qualidade total” não ressalta o compromisso com a qualificação humana, por centrar-se no conhecimento e na educação, ela poderá levar à construção e à participação na sociedade, desde que se fundamente no compromisso, sobretudo com a qualificação humana, não só no plano material e nos planos moral e no ético.

Ainda numa perspectiva pragmática da educação continuada, surgiram também as discussões em torno da necessidade de oferecer aos trabalhadores um processo educacional no qual o próprio trabalhador pudesse desenhar, de acordo com suas necessidades/interesses, as etapas de sua trajetória profissional. Nesse sentido, defendeu-se a necessidade de o Estado promover a ampliação da educação básica comum a todos e a adoção de cursos de formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento, com itinerários formativos flexíveis, que possibilitassem aos trabalhadores retornar aos estudos acompanhando as transformações colocadas pela realidade do mundo do trabalho.

Revigorando as teses centradas na educação continuada, nas últimas décadas surgiram vários conceitos relacionadas à ideia de educação como um processo que deve ser prolongado por toda a vida. Na análise dos textos sobre essa temática, constata-se que essa educação continuada é entendida, como formação contínua. As propostas têm em comum a ideia de que a atualização continuada proporcionará ao trabalhador condições de adequar-se ao contexto acelerado do processo de transformações do mundo do trabalho.

Na França, o discurso da educação continuada ressurgiu com força, nas décadas de 1980 e 1990, como uma reação imediata aos problemas colocados pela necessidade de capacitar trabalhadores para atender a demanda de trabalho das grandes indústrias. Esse discurso contém um viés ideológico, pois a proposta de educação continuada como está sendo defendida visa a atender as exigências de rentabilidade do capital.

Um dos objetivos da educação continuada é possibilitar ao trabalhador que possa construir sua trajetória profissional ao longo de sua vida. Segundo o Plano de Curso (SÃO PAULO, 2013, p.9), trata do perfil dos alunos em que cada nova geração tem características próprias, “onde a sociedade está cada dia apresentando novas tecnologias e paradigmas, o mercado de trabalho faz exigências sobre os profissionais do futuro.”

Com o avanço tecnológico e a globalização muitos indivíduos necessitaram se atualizar para terem maior estabilidade em sua vida profissional e assim não ficarem ultrapassados perante a rápida transformação no mundo do trabalho.

Geração de novos conhecimentos, de novos modos de organizar e gerar a produção - por consequência o desenvolvimento - se dá nas relações que o homem tem com os objetos, mediados pelas tecnologias. Porém, o não manuseio ou o manuseio de ferramentas precárias tem como contrapartida um subdesenvolvimento intelectual responsável pelo lugar de cada qual numa escala

em que coexistem graus diferentes de avanço e apropriação tecnológica (FREITAS, 1998, p.85).

Motta (1984), defende a ideia de que as instituições escolares e as demais instituições públicas ou privadas devem estar preparadas para oferecer educação continuada aos trabalhadores, educação que acompanhe as mudanças aceleradas das inovações tecnológicas no sistema produtivo.

Para esses autores, torna-se necessário que os cursos possam dar uma educação integral, no início da formação do cidadão, e uma formação profissional em diferentes áreas de atuação, seja na escola formal ou na empresa ou em outras instituições, e aumentando os espaços educativos, de modo a que o trabalhador possa entrar ou retornar aos cursos de acordo com as suas necessidades e as do mundo do trabalho em transformação.

Com o avanço tecnológico, a formação continuada faz-se necessária, pois devido a globalização o mercado de trabalho está cada vez mais exigentes e com isso as instituições estão se adequando as novas formações profissionais.

2.8 Escola, Trabalho e Globalização

Segundo Paul Kennedy (1993), a revolução tecnológica das últimas décadas foi resultado da necessidade de contornar crises do sistema capitalista, que marcaram a década de 1960 e culminou com a crise do petróleo, em 1973. Essa revolução impulsionou mudanças significativas no antigo padrão fordista/taylorista de produção e de gestão. Uma das mais significativas transformações impulsionadas por esse processo foi a reestruturação do espaço geográfico da produção. A necessidade de ampliação da acumulação de capital levou as grandes empresas a buscarem regiões onde o capital encontrasse condições de se multiplicar.

Como forma de reverter o quadro de crise, os capitalistas elaboraram estratégias competitivas visando à redução dos custos de produção, do aumento da produtividade e da qualidade do produto. Tornava-se, portanto, imprescindível, para os capitalistas, encontrar regiões do mundo onde pudessem expandir o capital. Nesse sentido, era preciso que nesses locais houvesse atrativos tributários, pouca pressão sindical, trabalhadores disciplinados, com um mínimo de qualificação profissional e, sobretudo, com salários baixos.

Esse processo de deslocamento da produção para outros mercados tinha estreitas relações com o avanço tecnológico nas áreas de telecomunicações, de informatização e de transportes. A necessidade da ampliação do capital criou as bases para a mundialização dos mercados e, portanto, para o que se convencionou chamar de globalização econômica que, na verdade, não se limitou à esfera econômica, mas teve desdobramentos profundos em toda a sociedade: no mundo do trabalho, na organização política dos Estados Nacionais e nas relações sociais e culturais.

[...] a fábrica global é tanto metáfora, quanto realidade, altamente determinada pelas exigências da reprodução ampliada do capital. No âmbito da globalização, revelam-se, às vezes, transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, forças produtivas e centros decisórios, alianças, estratégias e planejamentos de corporações, tecendo províncias, nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceano (IANNI, 1994, p.12).

A globalização, que tem sido utilizada hoje para caracterizar o processo de intensificação das relações econômicas entre as nações do mundo, não é um fenômeno recente. A história tem nos mostrado que diferentes povos, em diferentes períodos, procuraram intensificar suas relações comerciais, sobretudo por meio da dominação política e cultural.

Como mostra Santos (2002), olhando o processo de globalização, parece que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo.

A colonização europeia entre os séculos XVI e XIX, por exemplo, uniu praticamente todos os continentes ao processo de acumulação primitiva do capital.

No entanto, o atual processo de globalização encontrava limites de ampliação na formação dos Estados Nacionais, que tinham barreiras alfandegárias e limitava a circulação de mercadorias e do trabalho. Nesse contexto, pode-se compreender melhor a instituição de políticas neoliberais em vários países da órbita do sistema capitalista.

Por mais paradoxal que pareça, na base desta crise está fundamentalmente a crise do capital que, para manter-se e recuperar taxas históricas de exploração, desmantela, sob o ideário neoliberal da desregulamentação e privatização, os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, de forma assimétrica em diferentes partes do mundo, especialmente neste último século (FRIGOTTO, 2000, p.20).

O processo de globalização emergiu alicerçado no discurso liberal sustentado na tese de que o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Intervencionista eram incapazes de

solucionar os problemas decorrentes da crise do capitalismo. Nesse sentido, os capitalistas, liderados por grandes organizações econômicas, exerceram pressões políticas que culminaram com adoção de medidas do receituário liberal que apregoava a necessidade de o Estado distanciar-se do domínio econômico por meio das políticas de privatizações, enxugamento da máquina administrativa e da abertura da economia, com a eliminação ou redução de taxas sobre produtos importados.

A criação desse Estado mínimo traria problemas ainda mais graves para os trabalhadores. Se de um lado, a reestruturação da produção e do trabalho criou condições de precarização nas relações do trabalho e de desemprego, por outro, o Estado perde capacidade de continuar mantendo as políticas públicas em setores considerados fundamentais, como educação, saúde e direitos previdenciários e trabalhistas.

As máquinas modernas por si só não são capazes de aumentar a produtividade. Elas obrigam os trabalhadores a acelerar a velocidade das operações. Com as novas técnicas de organização do trabalho, muitas vezes, os intervalos de paradas são eliminados. Além da energia muscular, o trabalhador é obrigado a uma concentração maior, o que ocasiona desgaste psicológico. A tensão emocional é constante e as doenças profissionais crescem assustadoramente. São novas formas de exploração assalariada (BERTOLINO, 1997, p.20).

A noção de globalização está, também, associada ao declínio do Estado Nacional. Aquela convicção de que alguns países tinham a hegemonia, ou seja, o domínio sobre outros, começa a ceder lugar a uma ideia de descentralização do poder; fenômeno associado à emergência dos blocos econômicos e das poderosas organizações internacionais. Quem efetivamente se organiza e detém o poder no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo global são as grandes empresas transnacionais que ditam e impõem as normas na economia mundial. Dessa forma, os Estados Nacionais tornaram-se vulneráveis, uma vez que seu poder de execução das políticas públicas ficou subordinado aos interesses do capital internacional.

Nesse contexto, emergem novas formas de dominação, nas quais os poderes econômico e político se redefinem não mais sob a ótica das fronteiras nacionais, mas numa crescente força de setores internacionais que deve ser produzido, o que deve ser consumido, como os indivíduos devem se comportar e pensar.

A reestruturação produtiva da sociedade global e as políticas neoliberais representaram grande impacto sobre o mundo do trabalho. A adoção desses princípios no Brasil, na década de 1990, criou um cenário catastrófico para a classe trabalhadora. O

grande debate que se instaurou no seio das organizações sindicais, nos partidos políticos, nos movimentos sociais e entre os intelectuais estava pautado nas consequências sociais da tragédia anunciada do fim da era do emprego.

A questão emprego ganhou uma dimensão fundamental nos movimentos pela ampliação dos direitos sociais e pela qualidade de vida. Era consenso entre os setores progressistas de que o Estado e a escola teriam que ser acionados visando conter os graves problemas que estavam sendo anunciados progressivamente pelos Institutos que realizavam pesquisas socioeconômicas.

O novo modelo “flexível” de produção aliado às políticas neoliberais trouxeram em seu bojo o caráter altamente excludente da reestruturação do sistema capitalista. O grande questionamento dos setores sociais organizados e dos estudiosos da questão situava-se na esfera do Estado e da escola. Entretanto, como conciliar as necessidades urgentes da classe trabalhadora com a política de redução das políticas públicas sociais? É dentro desse contexto que os olhares dos atores sociais se voltam para a educação e para a escola, buscando encontrar nelas condições mínimas de emergir da crise que atingia todo o mundo do trabalho, gerando uma exclusão de grande dimensão social.

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim, sendo ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteados de sua prática (LUCKESI, 1994, p.30).

A escola não é um local distante da realidade social. Ela está inserida dentro do contexto de contradições que se aprofundaram com as transformações originárias das mudanças advindas da reestruturação do sistema capitalista e do modelo político imposto pelos detentores do grande capital.

É nesse cenário de mudanças que a sociedade volta seus olhares para escola e discute o papel da educação na formação profissional articulada à educação geral. Há consenso em relação à importância do papel da escola na revalorização do cidadão trabalhador, porém as visões sobre as propostas educacionais são evidentemente antagônicas.

E neste sentido vem de encontro com a proposta do Centro Paula Souza relata no Plano de Curso:

Vincular os conceitos científicos com a prática, buscar articular as dimensões de trabalho, ciência, tecnologia e cultura de acordo com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo (SÃO PAULO, 2013, p.9).

O capital tem interesse em que a escola se adapte à realidade da produção flexível, visando formar indivíduos em condições de serem absorvidos pelas empresas. Não existe aqui a preocupação em proporcionar as condições efetivas de oferecer uma educação de qualidade, uma educação profissional e ao mesmo tempo intelectual objetivando a emancipação do cidadão e sua ação transformadora.

No entanto, cientistas sociais e educadores, de diferentes correntes do pensamento, consideram que a escola deve estar instrumentalizada de modo a responder às demandas da nova realidade social e fazer parte frente ao grave problema do desemprego que atinge diretamente a classe trabalhadora. Mas, para eles, o papel da escola deve ser mais amplo na formação do cidadão que detenha conhecimentos técnicos interligados com conhecimentos gerais, que possibilitem ao trabalhador usufruir não apenas da riqueza produzida pelo trabalho, mas que o mesmo possa produzir-se e transformar a realidade em que vive.

2.9 Inclusão Social

Nas últimas décadas do século XX, intensificaram-se em vários países movimentos que alertavam para a necessidade da criação de projetos sociais e de políticas públicas que assegurassem mecanismos de inclusão social. A discussão dessa temática esteve intimamente relacionada ao aumento da exclusão social advindo das transformações que ocorreram no mundo da produção e do trabalho.

Para Kuenzer (2005), as grandes transformações econômicas ocorridas após a 2ª Guerra Mundial no setor produtivo, decorrentes principalmente do acelerado desenvolvimento tecnológico, e a adoção de políticas neoliberais em países industriais provocaram o surgimento de um grande contingente de desempregados ou de trabalhadores desvinculados da economia formal e submetidos a condições de trabalho degradantes.

No contexto da redemocratização da sociedade brasileira, depois de um longo período de ditadura militar, reacenderam inúmeros movimentos pela ampliação da cidadania, cujas reivindicações ultrapassam os limites da luta pela participação política. Os movimentos sociais engajaram-se na defesa de direitos sociais, exigindo do Estado a

adoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação, da saúde, das condições de moradia e saneamento básico.

Conforme Minayo (2010), a inserção do Brasil na economia global incluiu um novo ingrediente ao processo de exclusão que marcou drasticamente a evolução histórica da sociedade brasileira: a elevação acelerada dos índices de desemprego.

Esses indicadores estavam relacionados principalmente à intensificação das importações, à política de privatizações e à reestruturação do processo produtivo, com o uso de tecnologias automatizadas e informatizadas, que impulsionaram o crescimento acelerado de dispensas de trabalhadores, sobretudo os de pouca qualificação profissional, excluídos em grande parte do processo produtivo.

Segundo Santomé (1998), nesse período, surgiram movimentos sociais e de intelectuais que procuravam encontrar as raízes para a problemática da exclusão social no Brasil e no mundo. O cenário de efervescência política, propiciado pelo processo de elaboração da Constituinte e as perspectivas de eleições democráticas para presidente da República, tornou-se enriquecedor para a formulação de várias propostas de inclusão social. Diferentes setores sociais empenharam-se na luta e exerceram pressões políticas visando garantir conquistas de caráter inclusivo na nova Constituição. Esses movimentos conseguiram, de certa forma, a ampliação dos direitos e a aprovação de várias propostas que contemplam princípios e diretrizes que possibilitasse o desenvolvimento de ações visando a inserção social de setores excluídos, sejam por questões históricas e culturais, ou engendradas no atual sistema de transformações econômicas.

Pinto (1994) relata que nesse aspecto, discutiu-se amplamente o papel da educação como um elemento privilegiado de inserção social. Aqui é preciso lembrar que esse movimento pela inclusão social seguiu tendência internacional pela defesa de grupos e atores sociais marginalizados. Todo esse movimento marchou em busca de orientações, programas e planos de ação para a definição das políticas educacionais com o objetivo de elevar as possibilidades intelectuais dos excluídos visando sua integração social e inserção no mundo do trabalho.

Para Yanni (1994), os cientistas sociais, no entanto, têm profundas divergências sobre as causas do processo de exclusão e, conseqüentemente, das possibilidades da inclusão social. Eles se dividem basicamente em três correntes: os que consideram que a exclusão social será eliminada com o fim do modo de produção capitalista; os que

defendem a adoção de políticas compensatórias e os que preconizam a mudança social pela via educacional com o discurso de que a qualificação profissional proporcionará oportunidade de mobilidade social.

De acordo com Furter (1970), independentemente das correntes de pensamento, é praticamente unânime entre pesquisadores e alguns autores relacionados a educação, dentre vários citados aqui nesta dissertação, onde a importância do papel da escola e do educador no processo de socialização e disseminação do conhecimento e de sua preparação seja para o mercado de trabalho ou para o avanço da conscientização política dos trabalhadores, tendo como foco a melhoria de vida desses indivíduos, assim como de sua família.

De fato, os profissionais da educação podem transformar a escola num espaço privilegiado de reflexões, de debates de ações práticas, fundamentadas em uma base teórica sólida, com o objetivo de propiciar aos educandos competências, atitudes e valores que lhes proporcionem condições de ser um agente transformador da realidade social. Ao desenvolver ações direcionadas para a formação da cidadania, o educador estará despertando sua consciência e a do educando na superação das diferentes formas de exclusão, sejam elas discriminação social em relação a mulheres, homossexuais, moradores de rua, de origens étnico-religiosas, portadores de necessidades especiais, mas há a exclusão daqueles que não tem acesso à uma escola de qualidade, onde esse escola, por algum motivo não avança em sua função social.

A proposta do curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA busca articular as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura de acordo com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo. Isso pressupõe vincular os conceitos científicos com a prática, relacionar e contextualizar os fenômenos físico-químicos e biológicos com a formação teórica geral e técnica-instrumental (SÃO PAULO, 2013, p.01).

Por isso, sem esse acesso ao conhecimento científico e tecnológico, como meio de exercício da cidadania os sujeitos efetivamente ficam à margem da sociedade, tendo que aceitar salários baixos, trabalhos precários sem nenhum plano de saúde e muitas vezes sem o registro na carteira de trabalho.

Ao trabalhar as competências, atitudes e conteúdo de forma crítica, sem se colocar como os donos do saber, os profissionais da educação poderão contribuir para a inclusão social, possibilitando que os educandos tenham condições de igualdade para enfrentar o

competitivo e excludente mundo do trabalho. Ao criar condições para a inclusão social o educador estará contribuindo para a construção da sua própria cidadania.

Iniciativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Brasil Profissionalizado busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional. Instituído no ano de 2007, foi criado por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro daquele ano.

O Programa atua no fomento de ações que visam à expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

De 2007 até janeiro de 2016, o Programa atendeu instituições de educação profissional de 24 estados. Foram concluídas 342 obras, sendo 86 novas escolas, 256 ampliações e/ou reformas. Ainda foram entregues 635 laboratórios para aulas práticas.

Atualmente para enfrentar os desafios do contexto sócioeconômico atual e futuro, o profissional deverá contar com uma sólida bagagem de formação geral e um domínio das tecnologias e avanços específicos da sua área de atuação. De um profissional competente espera-se, além do domínio do seu ofício, a sensibilidade e a prontidão para as inovações e uma postura próativa na construção permanente de seu cabedal intelectual e tecnológico, com disposição para aprender e rever conceitos.

Segundo Gadotti (2000), a educação não poderia ficar alheia a esse novo cenário. Para o atendimento das novas exigências e demandas do mundo do trabalho contemporâneo, orquestradas pela revolução tecnológica e pelo decorrente processo de reorganização do setor produtivo, há necessidade de uma completa revisão dos currículos, tanto no que se refere à educação básica, como no que se refere à educação profissional. Tal revisão, cujo eixo norteador encontra-se no desenvolvimento de competências atitudinais, cognitivas e laborais, deverá ter como premissa a superação das qualificações profissionais restritas a particularidades de determinados postos de trabalho. Deverá contemplar as interfaces das diferentes áreas do conhecimento, permitindo e estimulando a livre relação com diversos saberes.

A análise sob ponto de vista da etimologia do termo currículo, que tem origem no latim curriculum, cujo significado é pista corrida, pode remeter ao entendimento de que currículo estabelece uma estreita relação com identidade, na medida em que no curso dessa corrida, que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos (SILVA, 2007, p.15).

Nessa linha de pensamento é possível afirmar que o currículo envolve muito mais do que conteúdos, processos ou estratégias curriculares e que se revelam não naquilo que o indivíduo é capaz de fazer numa determinada situação de aprendizagem, mas no que ele pode fazer como democracia do que aprendeu.

Segundo Santomé (1998), o currículo pode ser entendido como um projeto educacional concebido e realizado mediante seleção, organização, análise crítica e reconstrução dos conhecimentos, dos valores e dos costumes decorrentes do desenvolvimento sócio-histórico de uma sociedade determinada.

Porém a teorização sobre o currículo não se encontra sistematizada de forma adequada e, por conta disso, aparece, em muitos casos, revestida da linguagem e dos conceitos técnicos como legitimação a posteriori das práticas em vigência. Em outros momentos, não com a mesma intensidade, surge como um discurso crítico, que busca conferir significado aos pressupostos das referidas práticas (SACRISTAN, 1998, p.13).

O conceito de currículo, portanto, é multifacetado, resulta de um processo evolutivo de aperfeiçoamento voltado ao atendimento de realidades sociais distintas e, por conseguinte, precisa ser compreendido no contexto em que está inserido.

Teorias do currículo tiveram como propósito a busca de resposta aos problemas socioeconômicos decorrentes do movimento de urbanização e industrialização ocorrido nos Estados Unidos no final do século XXI. A escola, nesse contexto, passa a ser vista como responsável pela superação dos problemas da sociedade mais ampla, o que provocou o deslocamento do foco do currículo do conteúdo para a forma, ou seja, a atenção foi centrada na seleção e na organização das atividades pautadas nas experiências, diferenças individuais e interesses do aluno.

Essa visão do ensino confere à escola a responsabilidade de, ao formar cidadãos com amplos conhecimentos científicos e humanistas, definir um modelo de sociedade mais justa e solidária. Para Araújo (1995), a escolarização seria o fator determinante das relações sociais ou o caminho para a democratização e para a maior igualdade social.

No entanto, em um passado não muito remoto, do técnico, era exigido apenas o domínio de conhecimentos específicos, Em geral, do profissional de nível técnico não se exigia o trânsito por outras atividades ou setores diversos de sua formação inicial.

É preciso, portanto, introduzir mudanças consideráveis no panorama da educação profissional brasileira com intuito de superar radicalmente as distorções herdadas ao

longo da história. Um exemplo de tais distorções podem ser recortado de um período mais recente da história da educação brasileira: a profissionalização universal e compulsória do ensino de 2º Grau, atual Ensino Médio.

As reformas que surgiram a partir de 1996, mediante leis e decretos, estabeleceram alterações importantes quanto à gestão, ao financiamento, ao acesso, à avaliação, ao currículo e às modalidades de ensino. A começar pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei Federal nº 9.394 promulgada em 1996 que, no art. 3º estabelece os princípios e fins da educação nacional. A educação profissional é, primordialmente, educação. Portanto, rege-se pelos princípios explicitados na referida lei. Ou seja, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a diversidade de concepções pedagógicas e demais princípios consagrados na LDB deverão ser contemplados no planejamento pedagógico das instituições que oferecem educação profissional.

Na LDB, a articulação da educação profissional técnica com o ensino médio recebe um tratamento pautado na Inter complementaridade, mantendo-se, assim, a identidade de ambos.

O saber, transmitido de forma sistemática pela escola, e sua universalização, só foi incorporado aos direitos sociais dos cidadãos bem recentemente, já no século 20, quando se passou a considerar como condições para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e profissionalização (PARECER CNE/CEB Nº 16/99).

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB, destaca a educação profissional, integrando-a as instâncias da educação, do trabalho, da ciência e da tecnologia. As dimensões da educação profissional, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são complexas e abrangentes, não se restringindo, portanto, a um entendimento linear, que prepara o aluno para o emprego, nem a um horizonte reducionista, que treina o cidadão para realizar tarefas instrumentais. Diante desta abordagem contida no novo ordenamento legal, é possível crer na superação definitiva dos preconceitos que durante tanto tempo rotularam a educação profissional como “assistencialista” e “economicista”.

O Ensino Médio Regular é cerceado ao longo de sua existência por inúmeras problemáticas, com ênfase aos baixos e inconstantes índices de acesso, permanência e abandono que historicamente se tem registrado nesse segmento da Educação Básica no sistema educacional brasileiro. Dados da PNAD/IBGE destacam que 41,9% dos jovens

entre 16 e 17 anos de idade e 11,8% de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos de idade trabalham por estarem inseridas em famílias muito pobres (com rendas mensais abaixo de dois salários-mínimos) (LIMA FILHO, MOURA, SILVA, 2015). Esse retrato demonstra a condição social desses sujeitos e suas famílias, as quais não conseguem permitir que seus filhos pudessem (ou possam) somente estudar (RAMOS, 2015).

Portanto, se o atual ensino médio de 2400 horas com atendimento de 25 horas semanais e 800 horas anuais, o qual flexibilizou até então o acesso e permanência dos estudantes no espaço escolar; quais garantias o Novo Ensino Médio (Lei Federal nº 13.415/2017) que se amplia para 3000 horas, 1000 horas anuais com 5 a 7 horas diárias, reduzindo as disciplinas basilares das 2400 horas para 1800 horas e abrindo itinerários formativos para as outras 1200 horas, melhorará as condições de acesso e permanência a estudantes que tem para além dos muros da escola os fatores que incidem em sua continuidade nos estudos?

CAPÍTULO III

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O conceito de metodologia é utilizado, segundo a definição de Kaplan (1964, p.18), como a “descrição, explicação e justificação dos métodos.”

As decisões no tocante aos processos metodológicos nem sempre são decisões autônomas e independentes, pois dependem da forma como se concebe o próprio objeto de investigação e das suas características, a qual esse objeto apresenta, analisando as circunstâncias e as perspectivas de análise. A “obsessão metodológica” por vezes pode travar a investigação se entendermos que só se podem analisar as situações e os problemas para os quais dispomos de cobertura metodológica.

Foi realizado a pesquisa quali-quantitativa, com intuito de produzir fontes sobre o objeto investigado e dialogar com elas. As informações levantadas sobre o objeto investigado e dialogar com elas. As informações levantadas sobre o objeto de pesquisa, proporcionou o contato direto entre o sujeito e objeto, de forma a explorar os dados que estão eminentemente vinculados com a realidade investigada.

A relevância desta pesquisa é compreender como um grupo específico de alunos do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, perceberam a função da escola e da escolarização em seu processo de trabalho, enfim se os objetivos presentes na função social da escola se fizeram presentes no curso ofertado e concluído pelos sujeitos pesquisados.

A contribuição e a metodologia aplicada para compreensão desta pesquisa é investigar através de perguntas elaboradas no Google Formulários, se o Curso de Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Ensino Médio e Técnico em Administração, cumpriu sua função social junto a esses alunos, desenvolvendo competências e habilidades para sua formação geral e para o mercado de trabalho.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Minayo (2010, p.25-25) aponta:

A pesquisa é um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade; realiza-se fundamentalmente por uma linguagem baseada em conceitos, preposições, hipóteses, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que dá origem a novas interrogações.

Visando alcançar o objetivo desta pesquisa a qual consiste em saber se a escola pública da rede estadual, localizada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, com o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, cumpriu sua função social, apoiada em pesquisa qualitativa e bibliográfica, usou da pesquisa quali-quantitativa.

Essa pesquisa, então, quanto ao seu enfoque ela é quali-quantitativa, pois ela é qualitativa ao buscar os autores em sua fundamentação teórica, e quantitativa na apresentação dos dados em gráficos que se expressam em quantidades.

Então podemos afirmar que o enfoque qualitativo se caracteriza pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos (GODOY, 1995).

Assim, a pesquisa qualitativa pode ser definida como:

É a abordagem que exprime qualidades sobre o fato estudado, mas que não tem por objetivo alcançar a verdade, diante do que é certo ou errado, mas que primeiramente tem a preocupação de compreender à lógica que faz parte da prática perante a realidade vivenciada (MINAYO, 1999, p.25).

O método qualitativo permite pensar livremente sobre o tema em questão, possibilitando ao pesquisador fazer uma análise do objeto de estudo a partir dos dados coletados.

Para Neves (1996, p.1) a pesquisa qualitativa é [...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (SILVA; MENEZES, 2005). Dentre as metodologias de pesquisa que apresentam abordagem qualitativa, o estudo de caso, a etnografia e a pesquisa

documental configuram-se como aqueles comumente utilizados, apesar de sua flexibilidade não excluirmos outras possibilidades de estratégias (GODOY, 1995).

O resultado de uma pesquisa qualitativa compreende o entendimento mais profundo de uma realidade (MALHOTRA; ROCHA; LAUDISIO, 2005), com o objetivo de desenvolver teorias empiricamente fundamentadas (FLICK, 2009). Deste modo, o pesquisador qualitativo procura assegurar ao leitor que o propósito da investigação não é alcançar a generalização, mas a de dar exemplos situacionais à experiência do leitor (STAKE, 2011).

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, analisa documentos científicos, onde seu estudo não exige recorrer a fatos da realidade empírica, uma vez que o contato é com artigos, obras, enfim, essas fontes são reconhecidas do domínio científico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escrito e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web, sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p.32).

Diante disso cabe então a distinção entre pesquisa qualitativa e bibliográfica, tanto a pesquisa qualitativa quanto a bibliográfica tem o documento como fonte de pesquisa, que podem fornecer indicações, informações, ao mesmo tempo em que seus conteúdos esclarecem questões que servem de provas a outras, a partir do foco, do problema e dos objetivos do pesquisador (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009).

Já a pesquisa quantitativa é representada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados, como um questionário estruturado com perguntas claras e objetivas. São utilizados quando se sabe exatamente o que deve ser perguntado para atingir os objetivos da pesquisa. Podendo fornecer índices que podem ser comparados com outros.

3.2.1 Contexto da Pesquisa

Considerando as técnicas de pesquisa como se refere Almeida Pinto (1982, p.78) como “conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de

pesquisa”, e dentre as técnicas empíricas de pesquisa mais usuais, as que adequam a pesquisa realizada nesta dissertação, fazendo o desejável tratamento da informação obtida.

O universo investigado nesta pesquisa é em uma escola pública da rede estadual, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, onde o funcionamento ocorre no período da noite e que no ano de 2014 através do Centro Paula Souza esta referida cidade foi contemplada com o projeto piloto do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o qual foi ofertado uma única vez. Pelo fato de ser um curso de fácil compreensão e qualificação para o mercado de trabalho e também pela especificidade da demanda – pais e mães trabalhadores e jovens com a necessidade de concluir com rapidez a educação básica e técnica. Além do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos a escola em tela também oferece o ensino médio regular tendo três turmas no período da manhã, além de oferece no período noturno os cursos modulares com duração de um ano e meio nas áreas de: Técnico em Logística, Técnico em Administração, Técnico em Turismo, Técnico em Serviços Jurídicos e Técnico em Edificações.

3.2.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos de pesquisa aqui relatados foram os alunos egressos do Curso Técnico de Administração Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, os quais iniciaram o curso no ano de 2014 e concluíram em 2016, em uma escola pública da rede estadual no interior de São Paulo.

3.2.3 Coleta de Dados

Os procedimentos básicos da metodologia qualitativa apresentam três níveis: coleta de dados, organização de dados e análise de dados. Estes níveis formam uma sequência lógica, mas não correspondem necessariamente a uma sequência cronológica do processo de investigação.

Para Lessard, Goyette Boutin (1994), coleta de dados é aquilo que é, ou será observado, isto é, quais são ou virão a ser as unidades de observação. Esta seleção é inevitável, uma vez que se torna impossível observar toda a realidade.

Nesta pesquisa, optou-se pelo questionário dentre as técnicas de recolha de dados utilizáveis no método de pesquisa.

Após selecionado o método de pesquisa e a técnica de recolha, pode-se responder às exigências referidas, onde através de perguntas com o máximo de precisão, apresentando-os a um pequeno número de alunos os quais concluíram o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Tendo como orientação as fases de preparação do questionário sugeridas por Almeida (1982), procedemos inicialmente ao seu planeamento, realizando numa segunda fase a redação do questionário, que compatibilizasse os objetivos específicos que nos propomos alcançar, utilizando uma linguagem acessível.

As questões colocadas no questionário visavam recolher informações sobre a função social da escola e sobre a contribuição da escola para a formação desses jovens adultos. O questionário utiliza uma resposta por opção.

O questionário elaborado para os egressos foi organizado em nove unidades temáticas, a saber:

1. idade dos alunos concluintes pesquisados;
2. motivo da escolha do curso;
3. relação do curso com a atuação profissional;
4. área de atuação;
5. administração da atuação;
6. contribuição do curso com a atuação profissional;
7. perfil de empreendedor ao término do curso;
8. contribuição do curso para ingressar no mercado de trabalho,
9. formação de competências e habilidades proposta no Plano de Curso

O Curso de Administração Contribuiu para Ingressar no Mercado de Trabalho e Formação dos Profissionais nas Competências e Habilidades Proposta no Plano de Curso.

Ao optar pela técnica do questionário como forma de recolha de informações considerou-se a afirmação de Tuckman (1997), que um questionário mede não o que a pessoa crê, mas o que diz que crê; não o que a pessoa gosta, mas o que diz que gosta, isto é, a consciência de que a subjetividade da resposta pode converter-se num empecilho à objetividade dos dados.

Segundo Wolf (1988) o questionário é um instrumento de autoaplicação usado para recolher informação sobre variáveis de interesse para o pesquisador, por isso é necessário prestar atenção ao tipo de sequência de itens, espaços adequados para a resposta, no intuito de tornar atrativo e interessante para o inquirido.

A distribuição e recolha dos questionários aos alunos egressos foi feita através do Google Formulários via WhatsApp, conforme Anexo 01.

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE E RESULTADOS

A escola em pesquisa é uma escola pública na cidade do interior do Estado de São Paulo, implantada no ano de 2005, iniciou apenas com cursos técnicos noturnos, oferecendo os cursos de Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Edificações, com o total de 120 alunos e, atualmente, consta com 650 alunos matriculados, onde são ofertados os cursos de Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Hospedagem, Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Administração oferecidos no período matutino, e o Técnico em Serviços Jurídicos, Técnico em Administração, Técnico em Turismo Receptivo e Técnico em Edificações no período noturno.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve início no ano de 2014, tendo a aprovação do Plano de Curso pela supervisão delegada pela Resolução SE nº 78, de 07/11/2008, com fundamento no item 14.5 da Indicação CEE 08/2000, aprova o Plano de Curso do Eixo Tecnológico de “Gestão e Negócios”, referente à Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, incluindo a Qualificação Técnica de Nível Médio de Auxiliar Administrativo, a ser implantada na rede de escolas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a partir de 26-09-2013, conforme Portaria Cetec nº 179, de 26-09-2013⁴.

O técnico em administração executa as funções de apoio administrativo, confecção e expedição de documentos. Executa as funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle, opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais (MEC, 2012).

⁴ **Portaria Cetec nº 179, de 26-09-2013:** com fundamento na Resolução CNE/CEB nº 04/99 atualizada pela Resolução CNE/CEB nº 01/2005, Resolução CNE/CEB 03/98, Resolução CNE/CEB 04/2010, a Resolução CNE/CEB nº 03/2008, a Deliberação CEE nº 105/2011 e as indicações CEE nº 08/2000 e 108/2011 e, à vista do Parecer da Supervisão Educacional, expede a presente Portaria: Artigo 1º – Fica aprovado, nos termos da Deliberação CEE nº 105/2011 e do item 14.5 da Indicação CEE 08/2000, o Plano de Curso do Eixo Tecnológico “Gestão e Negócios”, da seguinte Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio: a) Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, incluindo a Qualificação Técnica de Nível Médio de Auxiliar Administrativo. Artigo 2º – O curso referido no artigo anterior está autorizado a ser implantado na Rede de Escolas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a partir de 26-09-2013. Artigo 3º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26-09-2013.

O perfil profissional é definido pela formação integrada e requalificação dos trabalhadores de modo que jovens e adultos possam adquirir e/ou aprimorar competências e habilidades proporcionando mais chances de inserção no mundo do trabalho, bem como possibilitar o prosseguimento dos estudos no ensino superior, pautado nas bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, com perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político-econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando valores artístico-culturais.

A proposta curricular do Centro Paula Souza para o Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA, incorpora o conceito dos quatros pilares da educação: o aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer.

Cada um dos pilares aponta para competências essenciais para a vida social em comunidade, para o trabalho, para a cultura e para o conhecimento.

Não é possível ao Curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA se apresentar como uma mera repetição da escola regular, que este jovem conhece e já abandonou. A busca por um formato mais atraente e participativo, que procure a todo o momento a colaboração dos discentes possuidores de saberes, habilidades e competências já desenvolvidas, seja em experiências no mercado formal e/ou informal de trabalho ou na própria vivência familiar e comunitária, necessita de acolhimento por parte dos docentes e dos gestores e, apesar de parecer mais trabalhosa, é o que poderá garantir a permanência dos mesmos na modalidade.

A proposta do curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA busca articular as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura de acordo com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo. Isso pressupõe vincular os conceitos científicos com a prática, relacionar e contextualizar os fenômenos físico-químicos e biológicos com a formação teórica geral e técnica-instrumental.

Assim sendo, as estratégias apresentadas no Plano Nacional da Educação decênio 2011-2020 diz em suas Metas que:

- 10) "Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio".
- 10.2) "Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma particular a formação inicial e continuada

de trabalhadores e a educação profissional, objetivando à elevação do nível de escolaridade do trabalhador”.

10.3) “Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância”. 10.5) “Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional”. 10.8) “Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores” (MEC, 2010, n.p.).

Observa-se, então, a necessidade de consolidar a identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos e priorizar a oferta de aprendizagem significativa para os jovens adultos.

Em 2012, 8.376.852 alunos estavam matriculados regularmente no ensino médio e 1.345.864 cursavam o ensino médio pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com o Censo Escolar. A defasagem idade-série ainda é alta, segundo o MEC, em 2012 dos estudantes matriculados no período, 31,1% têm idade acima do esperado para a série que cursam.

Com o propósito de atender a esta demanda, promovendo a inclusão profissional de jovens e adultos e contribuir para o processo de desenvolvimento do país com justiça social, que o Centro Paula Souza inclui, entre as suas metas prioritárias, a educação de jovens e adultos, a modalidade EJA, e amplia a implantação, nas Escolas Técnicas, da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio – Modalidade EJA.

A possibilidade dessa inserção de modo significativo se dá no Eixo Tecnológico “Gestão e Negócios”, com a Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA. A presença de profissionais especializados nesta área, prontos para o desafio do novo milênio, é decisiva para a competitividade das empresas, pois suas atribuições estão relacionadas com todas as operações de uma empresa, desde a organização de seus recursos humanos, materiais e financeiros, até o desenvolvimento de estratégias de mercado.

Conforme Libâneo (2004), as novas realidades do mundo do trabalho hoje requerem trabalhadores com mais conhecimento, cultura, preparo técnico, que

demandam, por sua vez, uma relação mais explícita entre conhecimentos e capacidades e sua aplicação.

Neste contexto, uma boa formação profissional na área de Gestão é fundamental para atender a demanda quantitativa e qualitativa por técnicos competentes, cujo desempenho possa contribuir para a melhoria dos resultados obtidos pelas empresas.

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, situado na cidade de Capão Bonito/SP, tem seu plano de Curso oferecer a jovens e adultos oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio e a educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e como profissional de qualidade. Dessa forma, enquanto oferecimento de formação profissional do Curso de Técnico em Administração, tem como objetivos: formar profissionais com competências e habilidades em Administração que lhes possibilitem enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho; formar técnicos conscientes de suas responsabilidades ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem-estar da comunidade.

Diante das novas tecnologias, das mudanças educativas, os trabalhadores tiveram que ter uma formação para fazer frente à competitividade econômica.

Segundo Libâneo (2004, p.242), a competitividade decorrente das novas formas de funcionamento do capitalismo só pode seguir a lógica do mercado, pela qual pouco interessa o desemprego, a pauperização, a degradação da qualidade de vida, a degradação dos serviços públicos.

A necessidade e pertinência da elaboração de currículo adequado às demandas do mercado de trabalho, à formação do aluno e aos princípios contidos na LDB e demais legislações vigentes, levou o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, sob a coordenação do Prof. Almério Melquíades de Araújo, Coordenador de Ensino Médio e Técnico, a instituir o “Laboratório de Currículo”.

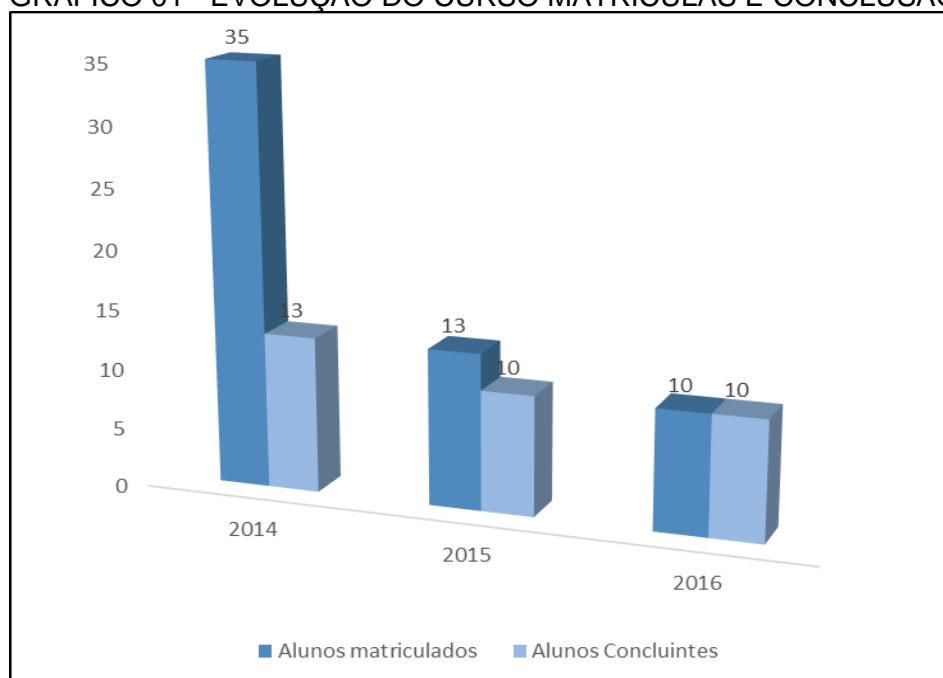
No Laboratório de Currículo foram reunidos profissionais da área, docentes, especialistas, supervisão educacional para estudar o material produzido pela CBO – Classificação Brasileira de Ocupações - e para análise das necessidades do próprio mercado de trabalho. Uma sequência de encontros de trabalho previamente planejados

possibilitou uma reflexão maior e produziu a construção de um currículo mais afinado com esse mercado.

O Laboratório de Currículo possibilitou, também, a construção de uma metodologia adequada para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e sistema de avaliação que pretendem garantir a construção das competências propostas nos Planos de Curso.

O Curso técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve início no ano de 2014 com 35 alunos matriculados, conforme demonstra o Gráfico 01. Ao final desse ano 37,14%, dos alunos concluíram, esse foi o mesmo percentual das matrículas do ano seguinte; com uma conclusão de 76,92%, no terceiro e último ano, todos os alunos matriculados, naquele ano, concluíram o curso, em 2016.

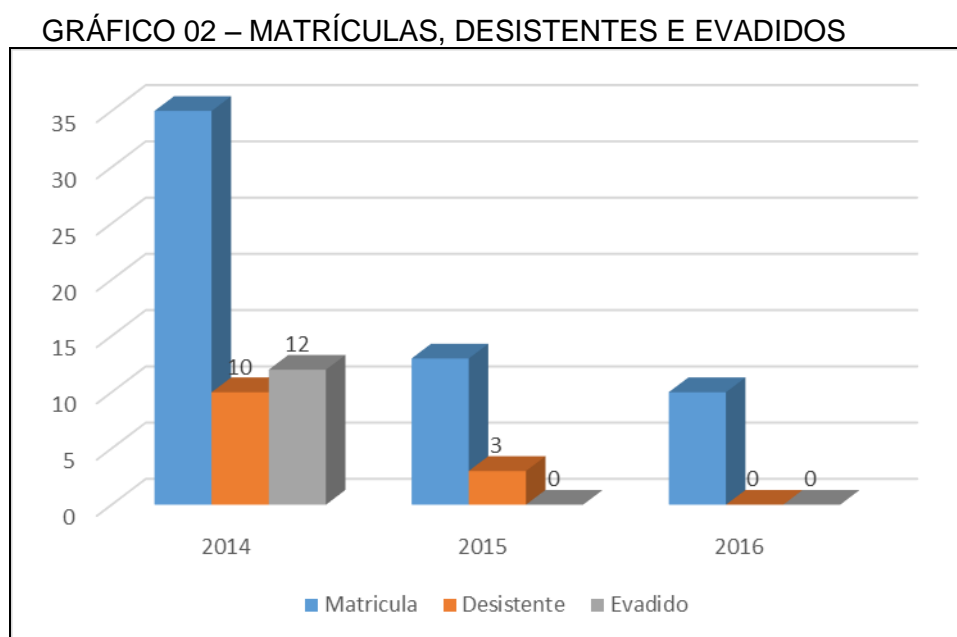
GRÁFICO 01 - EVOLUÇÃO DO CURSO MATRÍCULAS E CONCLUSÃO



Fonte: Elaborado pela autora – Dados provenientes da Unidade escolar pesquisada

O que se verifica acima é que o percentual de matrículas inicial (100%) tem uma queda significativa ao final do primeiro ano. “O acesso aos demais semestres ocorrerá por avaliação de competências adquiridas no trabalho, por aproveitamento de estudos realizados ou por reclassificação” (SÃO PAULO, 2013).

O Gráfico 02 demonstra de forma mais detalhada a matrícula, a desistência e a evasão⁵. Essa ocorrência não é privilégio apenas deste curso, e desta escola, pois dados demonstram que no primeiro ano a desistência e evasão de um modo geral chegam a 37,14%, segundo pesquisa realizada pela Cetec/Gestão de Vida Escolar nas Etec em 2019, no entanto não justifica que não deva se ter um plano ao combate à evasão.



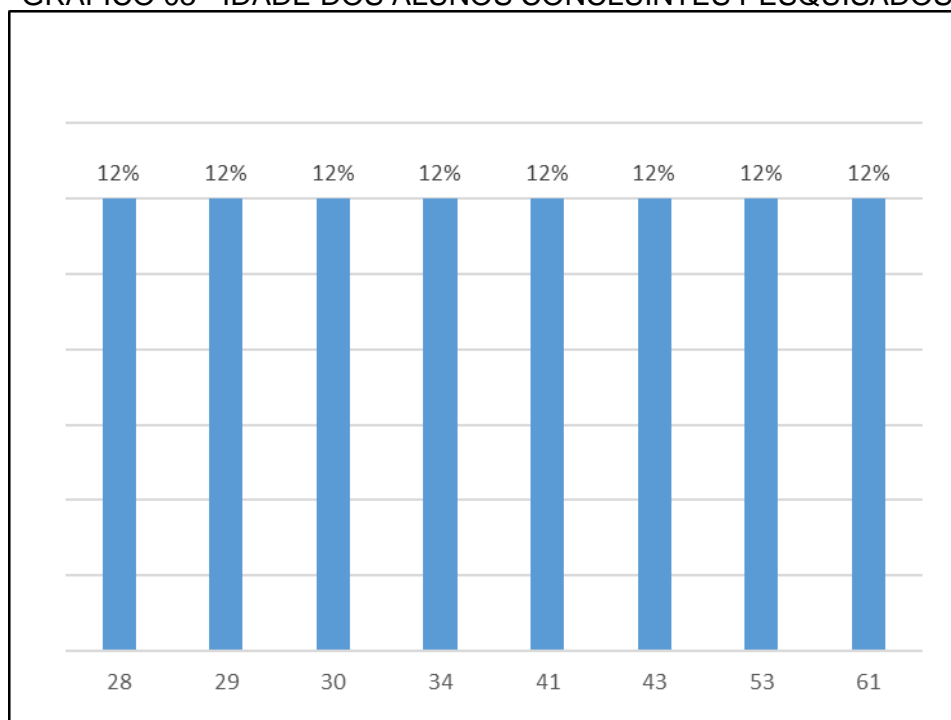
Fonte: Elaborado pela autora – Dados provenientes da Unidade escolar pesquisada

No início do Curso em 2014, 35 alunos matriculados, porém como mostra no gráfico acima 10 alunos desistiram e 12 alunos evadiram devido a diversos motivos dentre eles não ter com quem deixar os filhos pequenos, familiares desmotivando-os, encerrando o primeiro ano com 13 alunos, onde iniciaram o ano letivo de 2015, e pelos mesmos motivos apresentados anteriormente 3 alunos desistiram do curso, finalizando o referido ano com 10 alunos, os quais seguiram até o final do Curso que findou-se em 2016.

Quanto a faixa etária, no curso estudado, demonstrado no Gráfico 03 caracteriza o mesmo aluno de todo o Brasil, sendo que a faixa etária do aluno nestes cursos no Brasil são acima dos 18 anos. Percebeu-se que na faixa de 20 anos temos 12%; já na faixa de 30 anos temos 12%; na faixa de 40 anos temos 12%; na faixa de 50 anos temos 12% e na faixa de 60 anos temos 12%.

⁵ **Evasão:** compreendida como: abandono escolar. **Desistência:** compreendida como índice de Perda.

GRÁFICO 03 - IDADE DOS ALUNOS CONCLUINTE PESQUISADOS

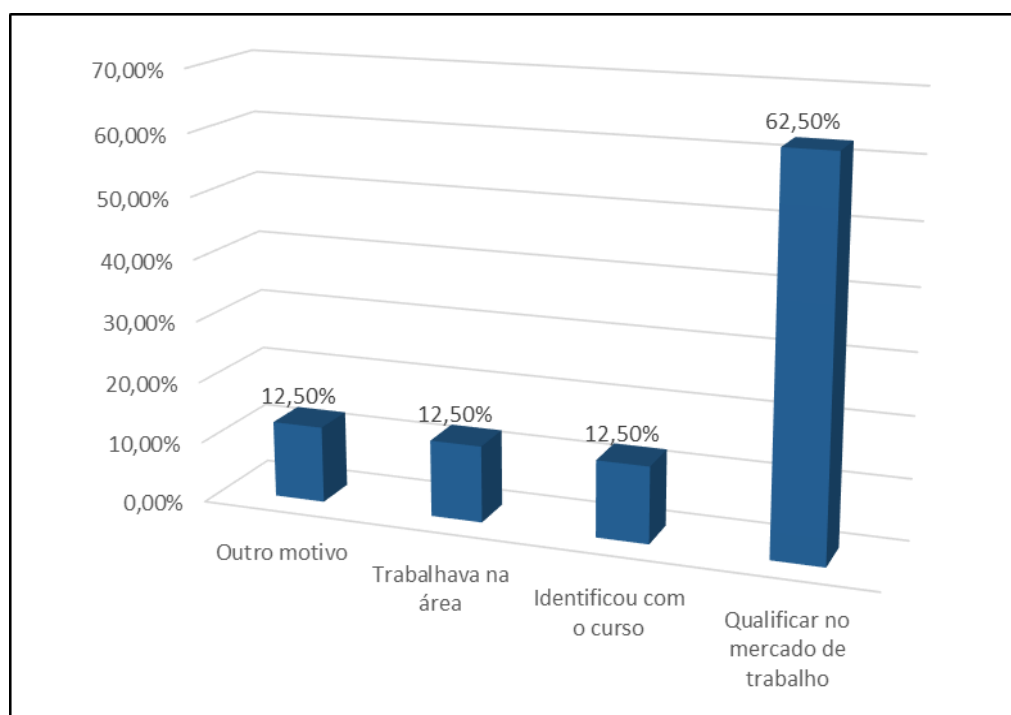


Fonte: Elaborado pela autora

Segundo o MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos para ingressar na EJA no Brasil, o aluno deve ter faixa etária mínima de 18 anos, o que se percebe é que esse aluno vem em busca de um Curso para que ele possa ter condições no mercado de trabalho e empregabilidade, pois trabalhadores na faixa de 30 anos a mais, teoricamente já deveriam estar profissionalizados e com empregos consolidados.

Buscou-se saber por que o aluno fez a escolha pelo Curso Técnico em Administração, conforme Gráfico 04. As respostas mostraram que 62,50% buscaram esse curso para se qualificar, 12,50% por que já trabalhavam nessa área, enquanto 12,50% porque se identificavam com o curso, a mesma porcentagem também respondeu que escolheu o curso por outros motivos não apresentados aqui.

GRÁFICO 04 - MOTIVO DA ESCOLHA DO CURSO

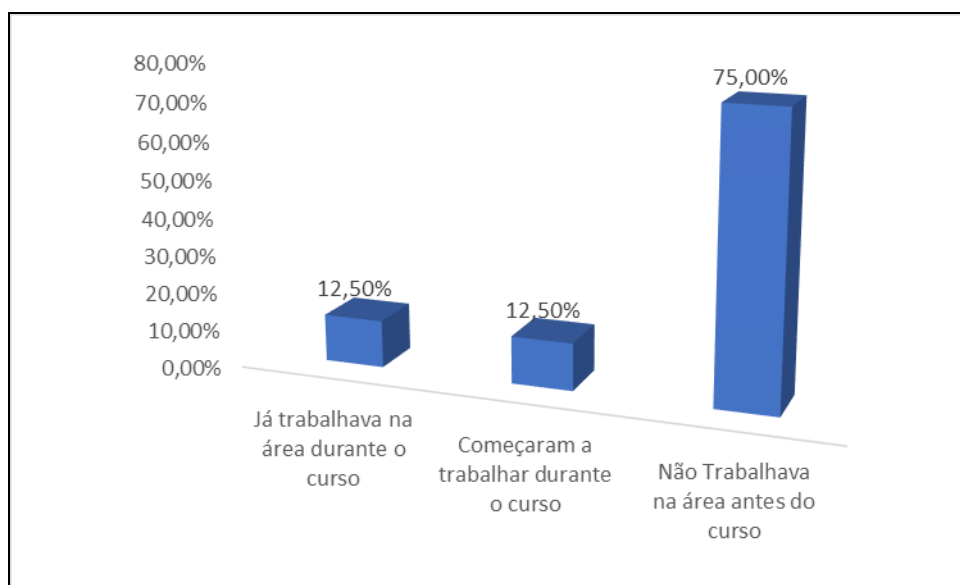


Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas verifica-se que os alunos que procuram o curso, todos eles se identificam com a área administrativa. Verificou-se também que há predominância nas respostas em relação ao mundo do trabalho, pois com o mundo globalizado e com o avanço das tecnologias eles sentiram a necessidade de se qualificarem, com isso percebe-se que o Curso Técnico em Administração em questão tem de certa forma, cumprido seus objetivos que é de oferecer a esses Jovens e Adultos a oportunidade de estudo, onde unam a educação básica e a educação profissional, desenvolvendo competências e habilidades, para que saibam enfrentar desafios que circundam as transformações sociais e o mundo corporativo, formando técnicos conhecedores de suas responsabilidades éticas e sociais.

No gráfico 05 procurou-se saber quantos alunos trabalhavam na área administrativa e quantos conseguiram emprego durante o Curso Técnico em Administração. Onde o resultado foi que 75% relataram que não trabalham na área antes de entrar no Curso, e 12,50% já trabalhava na área quando ingressaram no Curso Técnico em Administração e 12,50% começaram a trabalhar na área durante o curso.

GRÁFICO 05 – RELAÇÃO DO CURSO COM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

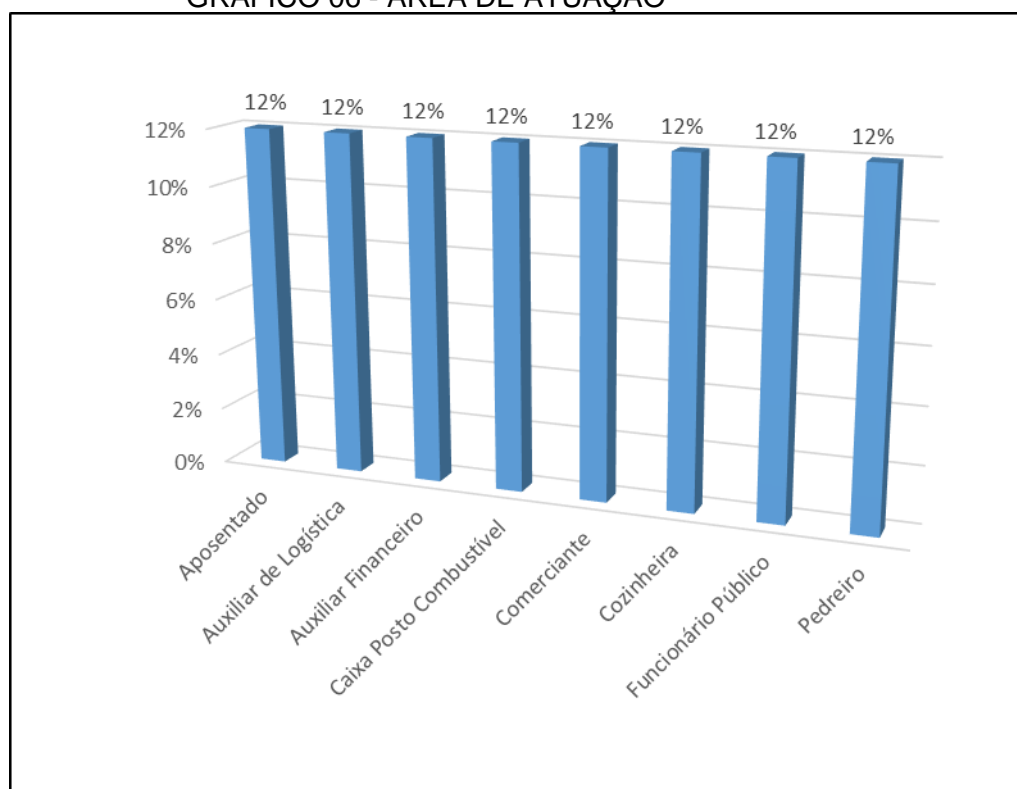


Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas acima pelos alunos ficou claro de que a educação é um dos requisitos fundamentais para a formação dos trabalhadores, onde docentes e discentes se engajam numa dimensão crítica e criativa no processo da construção do conhecimento, no qual todos ensinam e todos aprendem, num processo em que todos se transformam visando a transformação social na direção de uma sociedade igualitária. A proposta Curricular do Centro Paula Souza para o Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA cumpriu o conceito dos quatro pilares da educação que são: o aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer, sendo que cada um desses pilares aponta para competências essenciais para a vida social em comunidade, para o trabalho, para cultura e para o conhecimento.

Já no Gráfico 06 perguntou-se aos alunos qual a sua atividade principal, onde as respostas foram: caixa de posto de combustível; auxiliar financeiro; pedreiro; auxiliar de logística; comerciante; cozinheira; funcionário público e aposentado.

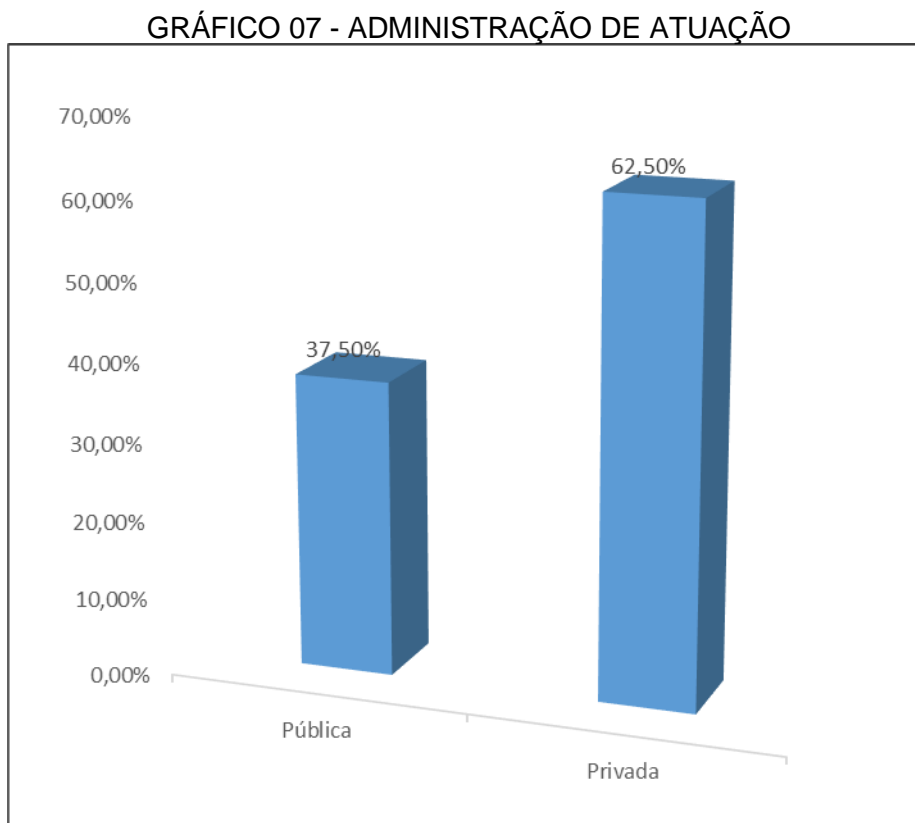
GRÁFICO 06 - ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas acima, tem relação com a resposta do Gráfico 06, sobretudo alguns alunos iniciaram seu trabalho durante ou após o Curso Técnico em Administração, isso mostra que o objetivo geral do Curso foi cumprido, principalmente seu objetivo que é de oferecer a esses Jovens e Adultos, oportunidade de escolarização que além da educação básica em nível médio e a educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e como profissional de qualidade que possibilitem enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho, formando técnicos conscientes de sua responsabilidade ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem-estar da comunidade (SÃO PAULO, 2013).

No Gráfico 07 buscou-se saber primeiramente se esses alunos estão trabalhando, se é em instituição pública ou privada e chegou-se ao resultado de que 62,50% disseram estar trabalhando em instituição privada, e 37,50% relataram que em instituição pública.

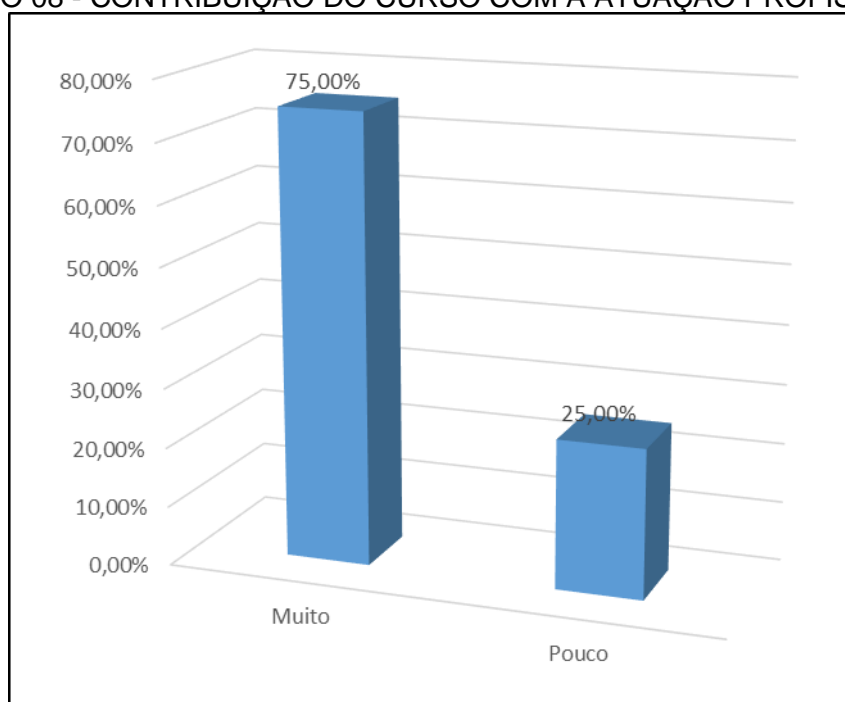


Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas acima, verifica-se que os alunos em sua grande maioria trabalham em empresas privadas, porém o aluno que cursar o Curso Técnico em Administração terá como Mercado de Trabalho tanto as instituições públicas, como privadas e, também o terceiro setor. O setor de atuação do aluno, seja pública ou privada, poderá sim ser afetado para o ingresso no mundo do trabalho, porém com a estabilidade que o setor público oferece a formação do aluno frente as competências que o curso oferta, assim como poderá colaborar efetivamente em suas funções profissionais, e com isso cumprir a função social do curso e da educação.

No Gráfico 08 abaixo verificou-se quanto o Curso Técnico em Administração tem contribuído para a atuação profissional desses alunos, onde o resultado foi que 75% responderam que o Curso tem contribuído muito para sua atuação profissional, já 25% disseram que o Curso Técnico em Administração tem pouca contribuição em sua atuação profissional.

GRÁFICO 08 - CONTRIBUIÇÃO DO CURSO COM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

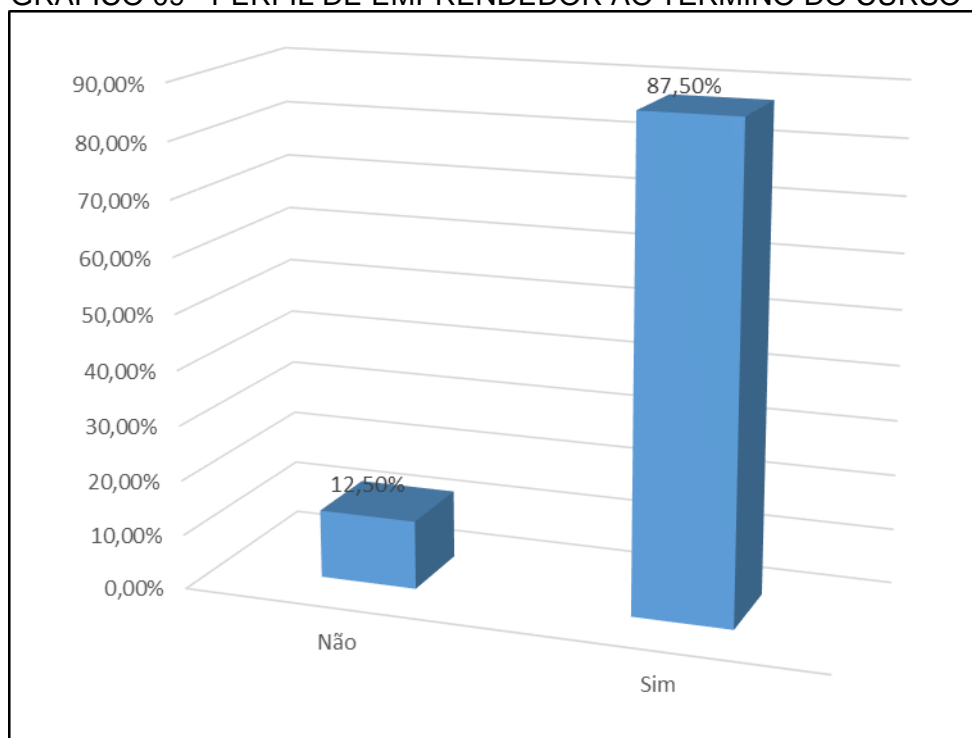


Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas verifica-se que uma grande porcentagem de alunos que disseram que o Curso Técnico em Administração contribuiu com sua atuação profissional, isso é em sua qualificação para o mundo do trabalho, pois este mundo sendo dinâmico tem e apresenta diferentes realidades em seus tempos também diferentes. Cabe, também, ao aluno a partir de respostas de que o Curso Técnico em Administração não contribuiu significativamente a sua atuação profissional indagar qual leitura ele teve dos saberes ofertados e qual contribuição poderiam esses conhecimentos terem dados a sua vida em sociedade.

No Gráfico 09 buscou-se analisar se ao final do Curso Técnico em Administração os alunos conseguiram adquirir um Perfil Empreendedor, pois um dos objetivos do curso é formar empreendedores e pessoas que saibam trabalhar em equipe, onde as respostas foi que 87,50% responderam sim que através do curso adquiriram um perfil empreendedor e 12,50% relataram que não.

GRÁFICO 09 - PERFIL DE EMPREENDEDOR AO TÉRMINO DO CURSO



Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas verificou-se que os alunos concluintes do Curso Técnico em Administração adquiriram um Perfil Empreendedor, tendo como característica básica o espírito criativo, buscando novos caminhos, o que vem de encontro com o Plano de Curso da instituição, que trata de práticas empreendedoras, encarando problemas como oportunidades, acima de tudo, ter a capacidade de estar atento a riscos, aos processos e aos comportamentos para tomar decisões.

O Plano de Curso, apresenta que:

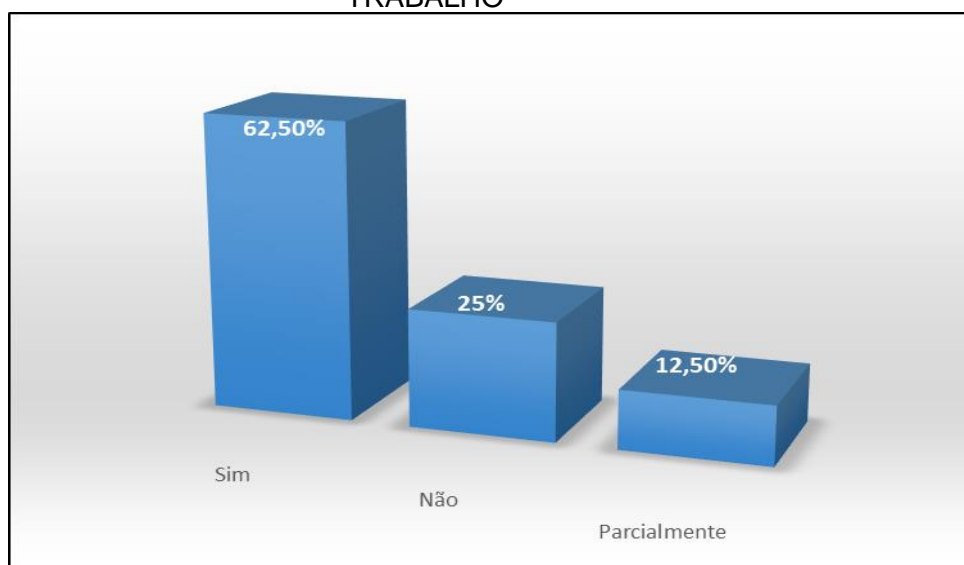
O Curso de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA é composto de cinco semestres, com terminalidade correspondente às qualificações profissionais técnicas de nível médio identificadas no mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2013).

Quanto ao seu currículo, parte das competências profissionais “que foram identificadas pelo CEETEPS, com a participação da comunidade escolar e do mercado de trabalho, além dos indicados pelo MEC” (SÃO PAULO 2013). Com isso na questão 08 buscou-se relatar se o Curso Técnico em Administração teve contribuição aos alunos para que os mesmos ingressem no Mercado de Trabalho, onde 62,50% relataram que sim o Curso Técnico em Administração contribuiu para a seu ingresso no mercado de trabalho,

já 25% responderam que não, porém 12,50% responderam que o curso contribuiu parcialmente com a seu ingresso no mercado de trabalho.

No Gráfico 10 se verifica que o Curso Técnico em Administração teve contribuição aos alunos para o ingresso no Mercado de Trabalho, onde 62,50% relataram que sim, já 25% responderam que não, porém 12,50% responderam que o curso contribuiu parcialmente com seu ingresso no mercado de trabalho.

GRÁFICO 10 – O CURSO DE ADM CONTRIBUIU PARA INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO



Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas apresentadas se verifica que o Curso Técnico em Administração contribuiu para o ingresso no mundo do trabalho, logo puderam se aperfeiçoar em suas profissões já desenvolvidas durante o curso. Os discentes que relataram que o curso não contribuiu para seu ingresso no mercado de trabalho, foi porque já estavam trabalhando em outras áreas, porém tiveram o conhecimento e desenvolveram as habilidades e competências as quais levaram para o resto de suas vidas, podendo no futuro breve ser de grande valia, assim também para aqueles que relataram que o Curso contribuiu parcialmente para o mundo do trabalho.

Para Ramos (2012), o ensino técnico, principalmente aquele realizado em instituições consideradas de excelência, já enfrentava o desafio de articular a formação propriamente técnica com o ensino das ciências, a transição desse tipo de ensino para uma educação mais ampla e complexa.

Esta resposta também apresenta 25% que responderam que não contribuiu, porém devemos levar em consideração que 37,5% são funcionários públicos e que 12,5% já estavam trabalhando na área do curso, o que nos leva a concluir que o curso efetivamente contribuiu se não foi para o ingresso no mundo do trabalho, pode sim ter contribuído para uma prática com maior capacidade profissional.

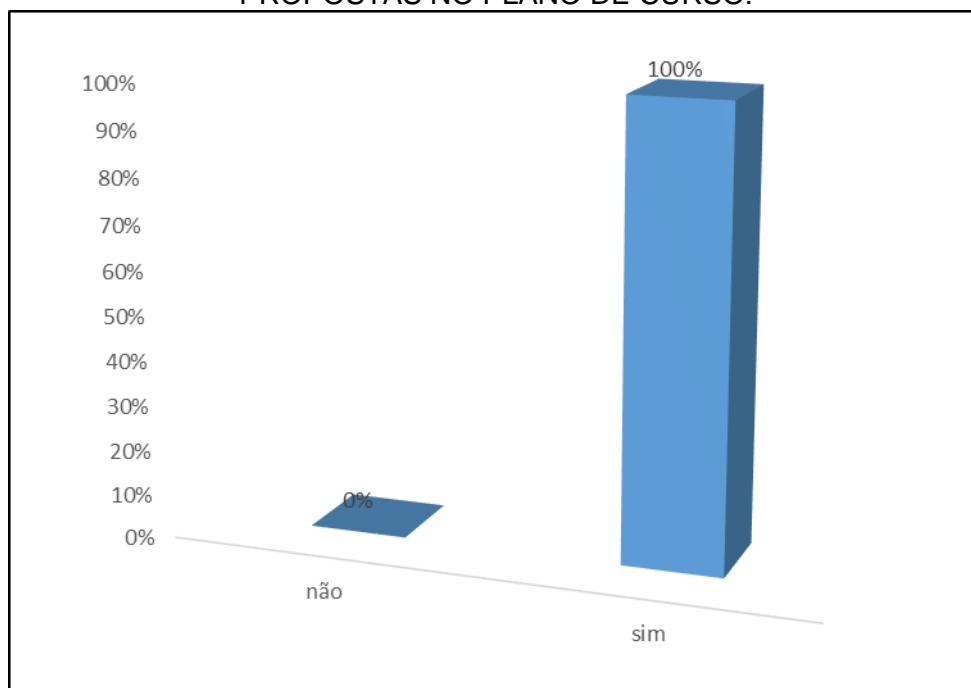
A pesquisa também buscou saber dos alunos se o curso Técnico em Administração cumpriu seus objetivos em formar profissionais com competências e habilidade, o que se verifica no Plano de Curso, aqui estudado.

O Plano de Curso, ao tratar das Competências Gerais contempla que ao término do curso o aluno deva:

Dominar basicamente a norma culta da língua portuguesa e saber usar as diferentes linguagens para se expressar e se comunicar; construir e aplicar conceitos das diferentes áreas do conhecimento de modo a investigar e compreender a realidade; selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações, trabalhando-os contextualizadamente para enfrentar situações-problema e tomar decisões; organizar informações e conhecimentos disponíveis de forma a argumentar consistentemente; recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade; atuar com visão sistêmica da organização; reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais; refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem como expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional; desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável; desenvolver capacidade para elaborar, programar e consolidar projetos em organizações (SÃO PAULO, 2013).

Com isso no Gráfico 11 se verifica que quanto às competências e às habilidades os alunos responderam em 100% que o Curso Técnico em Administração cumpriu seus objetivos, como demonstra abaixo.

GRÁFICO 11 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROPOSTAS NO PLANO DE CURSO.



Fonte: Elaborado pela autora

A formação de profissionais com habilidades e competências vai na direção de que não importa aos trabalhadores apenas os saberes aprendidos, nas diversas disciplinas na escola, mas saber mobilizar esses saberes para resolver problemas no cotidiano, aprender enfrentar imprevistos que o mundo do trabalho apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente com as grandes transformações ocorridas no mundo do corporativo, com a introdução de tecnologias avançadas no processo produtivo as quais tiveram repercussões em toda a estrutura social, modificando relações sociais e trazendo grandes desafios para a atual sociedade, fez com que esses jovens e adultos voltassem aos bancos escolares. O estudante retorna à escola depois de um longo período sem usufruir do seu direito à educação, ingressando no mercado de trabalho muito cedo para manter o sustento de sua família. O avanço tecnológico e da economia faz com que as pessoas sintam necessidade de retornar aos estudos para aprimorarem seus conhecimentos e assim terem uma estabilidade em seus empregos, ou até mesmo, ingressarem em outras áreas aumentando sua renda salarial.

Nos dias atuais, a alfabetização não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho, mas também desenvolve a capacidade dos mesmos, em função de novos saberes que se produzem e que demande um novo tipo de profissional, que o educando obtenha uma formação contínua para o exercício da cidadania.

Para enfrentar os desafios provenientes dessa nova realidade, torna-se imprescindível pensar nas alternativas concretas viáveis que representem o avanço da conquista da cidadania, tendo como horizonte que a educação e o trabalho se constituem em fatores decisivos na efetivação desse ideal. Aos trabalhadores sobram poucas possibilidades de almejar sua cidadania sem o acesso e a educação de qualidade que poderá proporcionar-lhes as mínimas condições de inserção no restrito mundo do trabalho.

A educação, o trabalho e a cidadania devem estar inseridos no embate das lutas sociais e política na construção de uma sociedade baseada na efetiva democratização de conhecimentos e das riquezas.

Esta pesquisa, então que teve como problema central saber se a escola cumpriu sua função social, a partir da oferta do Curso de Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Ensino Médio e Técnico em Administração, a partir do seu objetivo geral, que é o de formar cidadãos com a formação qualificada, com competências e habilidades para o mercado de trabalho, a resposta à problemática se deu pelos alunos egressos, a qual pela pandemia do Covid 19, dificultou a entrevista presencial com eles, tendo que ser

realizada através das redes sociais dos mesmos, contudo foi difícil o contato com diversos discentes, pois alguns moravam em sítios afastados da cidade.

Os objetivos específicos que permeiam esta pesquisa foram atingidos através de perguntas elaboradas no Google Formulários e enviado o link para cada aluno através da rede social WhatsApp e Facebook, com a finalidade de compreender as concepções de Função Social da Escola, Educação e Trabalho, Mudanças no Mundo do Trabalho e Formação do Trabalhador e Inclusão Social. Entender, a partir das falas dos egressos, como o Curso pesquisado se o mesmo contribuiu para sua formação profissional, cidadã.

No desenvolvimento desta pesquisa a maioria dos autores estudados defende que, para que a educação profissional seja tomada como prática social, ela precisa ser politécnica, orientada para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Para que isso aconteça, é necessário defender a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo.

Ramos (2012) acredita na possibilidade de construção e uma proposta para a integração de conhecimentos gerais e específicos, a qual venha a contemplar formação básica e a profissional, de maneira a capacitar para a compreensão da realidade e para a produção da vida, sendo o princípio básico dessa proposta o direito do conhecimento, visto que o ser humano se apropria da realidade pela mediação entre trabalho e conhecimento. Porém vale lembrar que, por se tratar apenas de uma possibilidade, não podemos confiar que essa concepção resolveria o problema da configuração do mercado de trabalho e oferta de emprego.

Diante disso, podemos afirmar que as habilidades e competências foram garantidas pelo Curso pesquisado, cumprindo sua função social e o conceito dos quatro pilares da educação: o aprender a ser, a viver juntos, a fazer e conhecer, onde cada um desses pilares apontam para competências essenciais para a vida social em comunidade, para o trabalho, para cultura e para o conhecimento.

A exploração das relações e dimensões entre educação e trabalho, para que pudessem auxiliar na compreensão do problema de pesquisa; e refletir sobre o papel da educação no mundo do trabalho, leva-nos a refletir que o trabalho, aqui não foi compreendido como emprego, mas como princípio educativo de emancipação humana e

que a educação tem esse papel na vida do sujeito trabalhador, e nesta pesquisa isso foi apontado claramente, principalmente nas questões feitas aos egressos.

Ainda, nos objetivos desta pesquisa ao buscar o entendimento, a partir da fala dos egressos, como o Curso pesquisado contribuiu para a sua formação profissional, cidadã, percebemos que os mesmos retornaram à sala de aula para ter uma formação profissional e para uma melhor qualificação.

Buscando entendimento para os questionamentos e a problemática da pesquisa, suas possíveis contribuições, reforçando a questão sobre o problema fundamental da mesma: A evolução do Curso, Matrículas e Conclusão? O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, iniciou com 35 alunos no ano de 2014 e finalizou com 10 alunos no ano de 2016, a evasão desses alunos ocorreu devido a vários fatores, dentre eles: apoio da família em prosseguir os estudos, cansaço devido a jornada de trabalho e estudos, a falta de ter com quem deixar os filhos pequenos, etc. A faixa etária desses alunos se encontra entre 28 anos e 61 anos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos para ingressar na EJA no Brasil, o aluno deve ter faixa etária mínima de 18 anos.

O motivo que levou os alunos a procurarem o curso, foi primeiramente a identificação com a área administrativa. A necessidade de qualificação para o mercado de trabalho, a facilidade em fazer um curso numa escola pública Estadual, com fácil localização, ou seja, dentro da cidade, tendo transporte gratuito e alimentação (merenda) todos as noites, pois muitos desses jovens e adultos chegam a escola cansados do dia inteiro de trabalho e na maiorias das vezes não conseguindo se alimentar para ir à escola.

Para esses discentes ficou claro de que a educação é um dos requisitos fundamentais para a formação dos trabalhadores, onde docentes e discentes se engajam numa dimensão crítica e criativa no processo da construção do conhecimento, no qual todos ensinam e todos aprendem, num processo em que todos se transformam visando à transformação social na direção de uma sociedade igualitária.

Quando perguntado sobre a área de atual desses jovens adultos, alguns relataram que foi durante ou após concluírem o Curso Técnico em Administração, que conseguiram um emprego, outros relataram que o curso contribuiu para sua formação profissional, isso mostra que o objetivo geral do Curso foi cumprido, que é de oferecer a esses Jovens e Adultos, oportunidade de escolarização que além da educação básica em nível médio e a

educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e como profissional de qualidade que possibilitem enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho, formando técnicos conscientes de sua responsabilidade ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem-estar da comunidade.

Grande parte dos alunos pesquisados disseram que o Curso Técnico em Administração contribuiu com sua atuação profissional, isso é em sua qualificação para o mundo do trabalho, pois este mundo sendo dinâmico tem e apresenta diferentes realidades em seus tempos também diferentes, pois como dito acima, muitos retornaram aos bancos escolares para uma melhor qualificação e até mesmo o primeiro emprego.

Dentro do Curso em questão os alunos concluintes adquiriram um perfil empreendedor, se tornaram proativos, tendo uma visão maior de mundo, encarando problemas como oportunidades, não desistiram, em sua formação, adquiriram o saber de tomar decisões e ter um comportamento ético.

Por fim, mediante ao questionário aplicado, constatou-se que esses Jovens e Adultos através do Curso Técnico em Administração, conseguiram ingressar no mercado de trabalho e também se aperfeiçoar em suas profissões as quais já desenvolviam durante o curso, desenvolvendo habilidades e competências, pois não importa aos trabalhadores apenas os saberes aprendidos dentre as diversas disciplinas nos bancos escolares, mas saber mobilizar esses saberes para resolver os problemas no cotidiano, aprendendo a enfrentar imprevistos que o mundo corporativo apresenta.

O Centro Paula Souza relata em seu Plano de Curso, no Perfil Profissional de Conclusão de Curso que ao final do mesmo o aluno deverá relacionar o atendimento a clientes interno e externos e auxiliar nos processos; direcionar as atividades e utilizar as ferramentas da informática básica e reconhecer a importância da comunicação nas relações interpessoais e valorizar as novas tecnologias de informação para a obtenção de novos resultados, fomentando ideias, disseminando informações e tendo práticas empreendedoras, onde o aluno após terminar o curso estará apto a entrar no mercado de trabalho. Diante disso se verificou, a partir das respostas dos alunos egressos que o Curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Ensino Médio e Técnico em

Administração, na escola pesquisada, cumpriu a função social de formar cidadãos com a formação qualificada, com competências e habilidades para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2ªed., Trad. por Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ARROTEIA, J. C.; DOUDIN, P. A. (coord.), 1998 – **Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu**: questões multiculturais e de integração. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANTUNES, R. **A Década de 60: a realidade da Educação Especial no Brasil**. Temas Sobre Desenvolvimento. v. 11, n. 66, p. 69, 2005.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ALVES, G. **Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital**. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a06.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- ALMEIDA, J. F.; PINTO, J. M. **A investigação nas ciências sociais**. Lisboa, Presença, 1982.
- ARAÚJO, R.V.A. **História do Pensamento Econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1995.
- ALMEIDA, A. R. S. A emoção e o professor: um estudo à luz da teoria de Henri Wallon. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, v. 13, n.º 2, p. 239-249, 1997.
- AMORIM, H. **Teoria social e reducionismo analítico**: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Educus, 2007.
- ARROYO, M. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ARROYO, M. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester *et al.* Educação e cidadania. **Quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARROYO, M. **Educação de Jovens – adultos**: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio Soares (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª edição, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PL 8035/10** - Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e das outras providências. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Brasília MEC - 2010. Acesso em: 04 set. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. **LDB nº 9.394/96 Capítulo II**. Parecer CNE/CEB nº 16/1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara da Educação Básica**. Parecer 16/99. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Brasília: CNE/CEB, 1999.
- BRAICK, P. Patrícia; MOTA, Myriam B. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.
- BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BERTOLINO FILHO, J. **Motivação**. Campinas, SP: Alínea, 1997.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 2000.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- CASTELLS, M. **Tecnologia, sociedade e transformação histórica**. In: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTELLS, M. **A revolução da tecnologia da informação**. In: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CARMO, P. S. **A Ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1991.
- CARMO, P. S. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1991.
- DOWBOR, L. Prefácio. In FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 7. Ed. São Paulo: Olho D'água, 1981.
- DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3 Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREITAS, H. C. L. **Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Educação e Sociedade. Campinas, São Paulo, v. 23, n. 80, 1998.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 48ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- Freire, P. (1994). **Pedagogia da esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRIGOTTO, G. **Políticas para o ensino técnico-profissional**. In: OLIVEIRA, M. N. (Org.). As políticas educacionais no contexto da globalização. Ilhéus: Editus, 1999.
- FRIGOTTO, G. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FRIGOTTO, G. **A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1984.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- GRAMSCI, A. **El materialismo histórico y La filosofía de Benedetto Croce**. 1ª Ed. Buenos Aires: Nueva Vision, 2005.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GADOTTI, M. **Educação e Poder**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- GADOTTI, M. **Concepção Dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1987.

- GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. **Autonomia na escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.
- GALLO, S. **Sob o signo da diferença em torno da educação para a singularidade**. Canoas, ULBRA, 2005.
- HARVEY. D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- HARVEY. D. **A condição pós-moderna**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- HIRATA, H. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- IANNY, O. **O cidadão do mundo**. In: SANFELICE, José Luiz, *et. al.* Capitalismo, trabalho e educação. Campinas/SP. 1994.
- KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa**. São Paulo, Herder, 1964.
- KANTI. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1996.
- KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009.
- KRAUSKOPF, D. **Juventude na América Latina e no Caribe: dimensões sociais, subjetividades e estratégia de vida**. In A. A. Thompson (Org.). Associando-se à juventude para construir o futuro São Paulo: Petrópolis, 2005.
- KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KLIKSBERG, B. Hacia una gerencia social eficiente: algunas cuestiones claves. **Revista Venezolana de Ciencias Sociales**, Caracas, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2002.
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1995 a 1997). **Cadernos Abess**, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 2004.
- KURZ, R. **O torpor do capitalismo**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 fev. 1996.
- KENNEDY, P. (1993). **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- KUENZER, A. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Revista Educação e Sociedade**, 2002.
- KUENZER, A. **Desafios teórico metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola**. 1ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- LIBÂNEO, J. C. **Que destino os educadores darão a Pedagogia**. In: PIMENTA, S. G. (coord.). Pedagogia, Ciência da Educação? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- MACHADO, L. R. S. **Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora**. São Paulo, Cortez & Autores Associados, 1996.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MACHADO, L. R. S. **A institucionalização da lógica das competências no Brasil**. Proposições, Campinas, SP, v. 13, n. 1(37), p. 13-40, 1996.
- MACHADO, L. R. S. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MACHADO, L. R. S. **Ensaio transversais: Cidadania e Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1992.

- MOGILKA, M. **A pedagogia da experiência e sua importância em uma educação democrática.** Educação em revista. Belo Horizonte. 1997.
- MOTTA, F. C. P. **Administração e participação:** reflexões para a educação. Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 10, n. 2, p. 199-206, jul./dez. 1984.
- NÓVOA, A. **Jornal do Brasil, Caderno “Empregos e Educação para o trabalho”,** 1992.
- PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo, SP: Cortez, 1994.
- PINTO, A. V. **A sociologia dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1982.
- PIRES, E. C. S.; SANCHES, A. A.; TORRES, W. R. **Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional.** Unitins, 2011. Disponível em: <http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/cccf876821308039570f71ae697d083.html>. Acesso em: 10 out. 2020.
- RAMOS, M. N. **Da qualificação à competência:** deslocamento conceitual na relação trabalho-educação. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense Niterói, RJ, 2012.
- STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SANTOS, J.F. **O que é pós-moderno.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SACRISTÁN, J. G. **Aproximação ao Conceito de Currículo.** In: O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Plano de Curso do Estado de São Paulo, 2013, nº 226. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.** CEETEPS, 2013.
- UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais,** 2003.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1988.

ANEXO

Anexo I

Formulário Aplicado:

Questionário aos Egressos do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos tendo início no ano de 2014 com término em 2016.

Questão 01: Idade

Questão 02: Porque você escolheu fazer o Curso Técnico em Administração.

- a) Por que já trabalhava na área
- b) Por que me identifico com o Curso
- c) Pra me qualificar para o mercado de trabalho
- d) Outro motivo

Questão 03: Informe, o antes, durante ou depois do Curso Técnico em Administração você:

- a) já trabalhava na área
- b) começou trabalhar na área durante o Curso
- c) começou a trabalhar na área após finalizar o Curso
- d) não trabalho na área

Questão 04: Se você não trabalha na área de Administração, qual sua atividade principal?

Questão 05: Você trabalha em:

- a) Instituições pública
- b) Instituições privada
- c) Terceiro setor (o terceiro setor é o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade)

Questão 06: O Curso Técnico em Administração está contribuindo em sua atuação profissional?

- a) pouco
- b) muito
- c) parcialmente

Questão 07: O Curso Técnico em Administração tem sem seus documentos que o perfil dos alunos formados seja um empreendedor e que saiba trabalhar em equipe. Você, quando finalizou o Curso se sentiu com esse perfil?

- a) sim
- b) não
- c) parcialmente

Questão 08: A formação no Curso Técnico em Administração contribuiu para você ingressar no mercado de trabalho?

- a) sim
- b) não
- c) parcialmente

Questão 09: Você avalia que o Curso Técnico em Administração cumpriu seus objetivos em formar profissionais com competências e habilidades em Gestão, as quais possibilitem enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo corporativo, e formar técnicos conscientes de suas responsabilidades ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem-estar da comunidade?

- a) sim
- b) não
- c) parcialmente